

# Cresce repúdio a filho na embaixada

# “O pior argumento é de ser ‘amigo’ dos Trump”, diz senador

Luis Macedo - Câmara



Em “hipótese nenhuma” CPMF volta, rebate Maia

“A única certeza que eu tenho é que nós não vamos retomar a CPMF na Câmara em hipótese nenhuma”, reagiu o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, à proposta do governo. **Pág. 3**



## Para o senador Ângelo Coronel, representação brasileira é coisa séria

O senador Ângelo Coronel (PSD-BA) repudiou na sexta-feira (09), em entrevista ao JN, da Rede Globo, a indicação de Eduardo Bolsonaro para a Embaixada do Brasil nos EUA. “Eu não quero colocar ninguém para ser embaixador nos Estados Unidos que não

tenha capacidade para exercer essa função. Isso é o pior dos argumentos, esse negócio de amizade com a família Trump”, disse. “Então, isso aí para mim é o pior, repito, dos argumentos. Para mim, isso aí já é para tirar o Eduardo Bolsonaro do páreo dessa disputa”, acrescentou o senador. **Página 3**

# Câmara aprova pagar pensão por morte abaixo do salário mínimo

AFP



## Argentinos derrotam arrocho de Macri em prévia por 49% a 33%

A chapa de oposição composta pelos peronistas Alberto Fernández e Cristina Kirchner teve uma vitória arrasadora sobre o arrocho e desemprego de Macri nas eleições Primárias, Abertas,

Simultâneas e Obrigatórias (PASO) realizadas no domingo (11), com uma percentagem de 49,2% contra 33,1%, 16 pontos de diferença. A derrota do presidente que se orgulha de sua amizade

com Bolsonaro ocorre em um momento em que aumentam os protestos nas ruas argentinas contra o desemprego e a pobreza provocados pelo seu governo. As PASO foram criadas pelo ex-presidente

Néstor Kirchner em 2009. Nas Primárias são definidos quais partidos estão habilitados a disputar as eleições nacionais (mínimo de 1,5% dos votos) e a chapa de cada partido. **Página 6**

Após aprovação do texto base da reforma trabalhista (PEC 06/2019), na madrugada da quarta-feira (07), o plenário da Câmara rejeitou o destaque apresentado pelo PCdoB, por 339 votos a 153, que tinha como objetivo impedir que a pensão por morte fosse menor que um salário mínimo. Nas regras atuais, a Constituição prevê que qualquer pensão tem como piso o salário mínimo vigente. Com a rejeição às pensões podem ser

menores que os atuais R\$ 998. De acordo com o texto aprovado, caso o falecido não tenha contribuído por tempo suficiente ou se tiver contribuído sempre com base em um salário mínimo, o beneficiário da pensão poderá receber valor menor que esse. A PEC estabeleceu que o valor da pensão será de uma cota familiar de 50% da aposentadoria ou média salarial (trabalhador na ativa) mais cotas de 10% para cada dependente. **Página 5**

## Justiça Federal suspende a exoneração dos 11 peritos de órgão de combate à tortura

A Justiça do Rio de Janeiro suspendeu o decreto de Bolsonaro que extinguiu os cargos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). O órgão foi instituído pelo Estado brasileiro para cumprir um compromisso

internacional assumido pelo Brasil na ONU. Sua função é realizar estudos e relatórios sobre torturas e violações de direitos humanos no país. Na última sexta-feira (09) a 6.ª Vara Federal do Rio de Janeiro proferiu a decisão liminar. **Pág. 3**

## “Bolsonaro confunde a coisa pública com a privada”, critica Cidadania em ação no Supremo

“Sob o pretexto de ‘dar filé mignon ao filho’, o excelentíssimo senhor presidente da República confunde a coisa pública com a privada”, afirma o partido Cidadania, antigo PPS, no mandado de segurança coletivo preventivo que entrou na sexta-feira, com pedido de liminar no STF, para impedir que Bolsonaro indique seu filho Eduardo

como embaixador do Brasil nos Estados Unidos. **Pág. 3**

## Presidente da Funai deu soco no rosto do pai

O indicado por Jair Bolsonaro para presidir a Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Augusto Xavier da Silva, é investigado por dar um soco no rosto e ameaçado o próprio pai, de 71 anos. **Pág. 3**

MEC tira R\$ 348 milhões de livros didáticos básicos

O MEC anunciou, na terça-feira (6), que atingirá a educação básica com o novo corte de R\$ 348.471.498 na “produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos”. **Página 4**



Leonardo Prado - Câmara

# Prévia do PIB aponta país já em recessão técnica

Pág. 6

## Boletim Focus derruba previsão para economia

A previsão para o crescimento da economia em 2019 apresentada semanalmente pelo boletim Focus, do Banco Central (BC), voltou a cair na segunda-feira (12) - agora estimada em apenas 0,81%. No início do ano, as expectativas estavam em torno de crescimento de 2,40% - mas a paralisação do setor produtivo, o desemprego crescente que tem derrubado o consumo e a perspectiva de uma política econômica baseada no arrocho e no ajuste, não sustentaram a promessa de recuperação da campanha de Jair Bolsonaro.

O boletim é elaborado com a mediana das apostas de economistas de 100 instituições financeiras, o que significa que metade dos consultados acredita que o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) será pior, abaixo dos 0,81%. No mesmo relatório divulgado nesta segunda-feira, a projeção para o crescimento da produção industrial também caiu - de 0,23% na semana passada para 0,19%.

No mês de junho, último período de apuração divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a produção industrial do país registrou queda de 0,6% ante maio - terminando o segundo trimestre com contração de 0,7%. O volume de serviços recuou 1% - o pior resultado para o mês em quatro anos; e o varejo ficou estagnado em junho e fechou o trimestre com queda significativa.

### IBC-Br

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado também na segunda-feira, aponta para recessão técnica no Brasil após ter apurado o segundo trimestre seguido de crescimento negativo (Veja matéria ao lado). O número é considerado uma prévia do PIB, que oficialmente caiu 0,2% no primeiro trimestre e cujo resultado do segundo trimestre será divulgado pelo IBGE no final de agosto. Os números do IBC-Br apontam para uma queda de 0,13% no período que vai de abril a junho.

# BC: "prévia" do PIB recua pelo segundo trimestre consecutivo

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Guedes coloca país na rota da recessão: PIB do 1º trimestre caiu 0,2%

## IBC-Br registra retração de 0,13% no 2º trimestre

Após encolher -0,2% no 1º trimestre, o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) registrou retração de -0,13% no 2º trimestre, ambos na comparação com o trimestre imediatamente anterior, de acordo com dados divulgados pelo Banco Central na segunda-feira (12).

O IBC-Br é considerado uma "prévia" do Produto Interno Bruto (PIB), cujo resultado oficial será divulgado no próximo dia 29 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o IBGE, no 1º trimestre o PIB teve um recuo de -0,2%.

Dois trimestres seguidos de queda do PIB é considerado como "recessão técnica".

Todos os indicadores econômicos oficiais recém divulgados apontam que o país vive uma profunda estagnação.

Senão vejamos: o desemprego continua alto (12,8 milhões de desempregados), a produção industrial está em queda, assim como o do consumo, além do aumento das famílias endividadas.

No 2º semestre, a produção industrial teve queda de -0,7%, as vendas do comércio recuaram -0,3% e o setor de serviços caiu -0,6%.

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência da Confederação Nacional do Comércio (CNC), o número de famílias endividadas alcançou 64,1%, resultante do desemprego, do subemprego e do arrocho salarial.

E tudo indica que a economia vai continuar estagnada. Além de manter os juros altos, o governo Bolsonaro vem cortando os investimentos e os

créditos públicos. Assim, por exemplo, os créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social (BNDES) caíram 39% no 1º semestre.

Some-se a isso a queda nos investimentos. Conforme o IBGE, a Formação Bruta de Capital Fixo recuou -1,7% no 1º trimestre.

Supostamente para estimular a economia, Guedes anunciou a liberação de R\$ 42 bilhões das contas do PIS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - R\$ 500 por cada conta.

Mas não vai dar em nada. Recente pesquisa registrou que metade dos que têm direito a receber os recursos do FGTS pretende quitar dívidas, ou seja, não vai para o consumo. Assim como aconteceu no governo Temer, que também liberou o FGTS e a economia continuou no fundo do poço.

Enquanto a maioria dos setores amarga o pior dos mundos com a política econômica de Guedes/Bolsonaro, apenas um com os cofres cheios: o sistema financeiro.

Por exemplo, Itaú, Bradesco e Santander alcançaram juntos um lucro líquido de R\$ 17,131 bilhões no segundo trimestre do ano. Um aumento de 17,6% em frente ao mesmo período do ano passado, quando atingiu R\$ 14,568 bilhões.

Ante a queda generalizada em todos os setores produtivos, economistas do sistema financeiro, o Banco Central e até o Ministério da Economia estimam alta do PIB de apenas 0,8% neste ano.

O que, em português claro, não é nada.

VALDO ALBUQUERQUE

## Comércio varejista registra zero nas vendas em junho

Em junho, o volume de vendas do comércio varejista variou 0,1%, o que representa praticamente ZERO de crescimento, em comparação com maio deste ano, segundo a Pesquisa Mensal de Comércio, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado na quarta-feira (7).

O IBGE também aponta ainda que as vendas do comércio varejista ampliado, que inclui as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, ficaram também em ZERO (0,0%), em relação ao mesmo período analisado. O volume das vendas para Material de construção apresentou queda -1,2%.

Para o Instituto, o resultado do varejo reflete o estado decadente em que a economia brasileira se encontra: "o grande nível de pessoas desempregadas, e o elevado endividamento das famílias - o maior desde abril de 2016, segundo dados do Banco Central".

"Ainda que o mercado de trabalho tenha mostrado aumento de população ocupada, esse aumento se deu no emprego informal, que tem um rendimento mais baixo, além de não ter benefícios e nem acesso a crédito, por isso não se refletiu no setor do comércio", diz a gerente da pesquisa,

Isabella Nunes.

As vendas do varejo permaneceram paradas no mês de junho por influência da queda nas vendas dos itens: Combustíveis e lubrificantes (-1,4%), Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-2,4%), e Livros, jornais, revistas e papeleria (-0,8%), móveis e eletrodomésticos (-1,0) e crescimento ZERO nas vendas de Hipermercado, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,0%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (0,1%) - atividade que tem grande peso para o setor.

Ainda em junho, as vendas do comércio varejista caíram em 15 das 27 unidades federativas, sendo o maior tombo no Piauí (-10%). Já as maiores altas foram registradas em Roraima (3,4%), Minas Gerais (1,7%) e Goiás (1,6%).

"O resultado semestral sinaliza desaceleração no volume de vendas. Mesmo com a quarta comparação semestral positiva consecutiva, de 0,6% no primeiro semestre, o setor mostra queda no ritmo na comparação a semestres anteriores, quando cresceu 4,2% no segundo semestre de 2017, 2,9% no primeiro semestre de 2018 e 1,7% no segundo semestre de 2018", diz a nota do IBGE.

## Montezano desvia 40 bi do BNDES para o governo torrar com juros

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, anunciou, na terça-feira (6), no Ministério da Economia, a decisão do Conselho de Administração do banco de antecipar a devolução de mais 40 bilhões ao Tesouro Nacional.

"Vimos entregar o ofício de devolução de mais R\$ 40 bilhões ao Tesouro Nacional. Com isso, totalizamos o pagamento de R\$ 84 bilhões. Vamos devolver R\$ 126 bilhões até o final do ano", disse Montezano em coletiva à imprensa.

Incluindo esse total, desde 2015, o BNDES já antecipou resgates de empréstimos feitos junto ao Tesouro Nacional no valor de cerca de R\$ 380 bilhões. "Nos termos do Acórdão 2975/2016, do Tribunal de Contas da União (TCU), os pagamentos realizados pelo BNDES devem ser utilizados exclusivamente para abatimento de dívida pública federal", informa o BNDES. O que significa transferir os recursos destinados a investimentos para o pagamento de juros a bancos.

Os desembolsos do BNDES totalizaram R\$ 25 bilhões entre janeiro e junho de 2019, uma queda de 9% em relação ao primeiro semestre de 2018. Bem distante da meta anunciada por Montezano no dia de sua posse, em 16 de julho, de atingir R\$ 70 bilhões em empréstimos este ano. Segundo ele, essa meta já "está sendo revisada".

Os desembolsos do BNDES em 2018 foram de R\$ 69,3 bilhões e em 2017 de 70,8 bi. Com a revisão da meta, os desembolsos poderão ficar abaixo dos R\$ 64,89 bilhões alcançados em 2007.

### "BUTIQUE DA FARIA LIMA"

Amigo dos filhos de Bolsonaro e conhecido arrombador de condomínio, Montezano (38 anos) assumiu a presidência do BNDES após a demissão de Joaquim Levy.

Em sua posse mostrou suas metas para desmonte do banco de fomento. "Pega, por exemplo, os bancos de investimentos da Faria Lima (avenida e principal ponto de concentração do mercado financeiro em São Paulo). Eles prestam serviços de IPO, M&A, emissão de debêntures, emissão de bonds. Vamos fazer algo parecido com o Estado brasileiro. Pega [também como exemplo] as butiques de investimento", declarou.

Entre outras ações que irá promover, estão as privatizações da infraestrutura do país, a vendas das ações do BNDES e das empresas estatais que o banco detém e transformar o banco de fomento num banco de serviços.

Para a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), "é inconcebível a ausência do BNDES como fonte de financiamento de investimentos de longo prazo".

Em sua mais recente "Carta do Presidente", João Car-

los Marchesan, presidente do Conselho de Administração da Abimaq, alerta para o abismo entre a meta do Sr. Montezano e as necessidades da indústria brasileira.

"A mais relevante das metas que nos move e que nos leva a participar de várias reuniões com o governo, audiências no Senado e Câmara e reunião com o ministro da economia Paulo Guedes, é melhorar o ambiente de negócios e melhorar a nossa competitividade, haja vista as inúmeras ameaças que pairam sobre nosso setor, como a transformação do BNDES numa "butique da Faria Lima", a abertura comercial unilateral de BK (Máquinas), escancaramento do dispositivo do Ex tarifário (Portaria 309) e outras ameaças", assinalou Marchesan.

"No mês passado, conseguimos retirar a emenda 108 que praticamente havia sido incorporada à PEC da reforma da Previdência e que propunha a transferência de parte da arrecadação com o PIS/Pasep destinada ao BNDES, via o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para o Regime Geral da Previdência Social", destacou o presidente da Abimaq.

Para Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-presidente do BNDES entre 1995 e 1998, "ele quer transformar um Banco de Desenvolvimento Econômico de 70 anos de história em uma boutique financeira nos moldes de algumas experiências conhecidas por ele".

## IBGE: setor de serviços cai em junho com queda em todas as atividades

O volume de serviços no país caiu -1% em junho na comparação com maio e em todas as atividades do setor. Foi a quarta queda no ano e a mais intensa, segundo dados da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada nesta sexta-feira (09) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. É a pior taxa para o mês desde 2015, quando repetiu o mesmo resultado.

Os indicadores confirmam o desastre da política econômica do governo Bolsonaro que afundou o país no primeiro trimestre, com o Produto Interno Bruto registrando -0,2% em relação ao último trimestre do ano passado.

Todos os indicadores apontam que a economia continua no fundo do poço no segundo trimestre. As estimativas para a alta do PIB em 2019, que no início do governo estava em 2,5% agora já não passam de 1% e se aproximam rapidamente de zero. No fim de junho, segundo Relatório Trimestral do banco Central, a projeção para o PIB em 2019 desabou de alta de 2,0% para 0,8%.

Além do setor de serviços,

no mês de junho, a produção industrial brasileira registrou queda de -0,6% e encerrou o primeiro semestre com um recuo de -1,6%. Na comparação com o primeiro trimestre deste ano, a produção da indústria recuou -0,7%, o terceiro trimestre registrou de contração.

O comércio varejista também registrou ZERO (0,1%) em suas vendas no mês de junho, seja no comércio restrito (0,1%), seja no comércio ampliado (0,0%), que inclui as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção. No segundo trimestre a queda do setor foi de -0,3%.

### QUEDA GENERALIZADA

O volume do setor de serviços se encontra -12,8% abaixo de novembro de 2014, ponto mais alto da série histórica, e -2,3% abaixo do patamar do final do ano passado, puxados pelo comportamento mais fraco das atividades de transportes e de comunicação e informação, que caíram 1% e 2,6% em junho, respectivamente. Juntas, elas re-

presentam quase dois terços do volume total de serviços, segundo o IBGE.

Os demais recuos vieram dos setores de outros serviços (-2,3%), de serviços profissionais, administrativos e complementares (-0,1%) e de serviços prestados às famílias (-0,2%).

Na comparação com junho de 2018, o setor de serviços caiu -3,6%, com retração em três das cinco atividades. Transportes exerceu a maior influência negativa, com queda de 10,9%, a mais intensa desde outubro de 2016 e superando o recuo de maio de 2018.

Ainda na série com ajuste sazonal, diz o IBGE, a média móvel trimestral do volume de serviços recuou -0,2% no trimestre encerrado em junho de 2019 e manteve a trajetória descendente iniciada em janeiro de 2019. Entre os setores, o ramo de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-0,8%) assinalou o resultado negativo mais relevante nesse mês, mantendo, assim, o comportamento negativo desde novembro de 2018.

## Reforma tributária de Bolsonaro ressuscita CPMF e acaba com deduções com a saúde no I.R.

O secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, anunciou que o governo pretende acabar com as deduções de despesas com saúde e educação do Imposto de Renda (IR). A medida atinge em cheio a classe média, principal setor da sociedade a pagar imposto de renda no país. Com seu peculiar cinismo, Paulo Guedes justificou a medida dizendo que o objetivo de acabar com as deduções do IR é de "simplificar" a tributação para os contribuintes.

"Você hoje bota uma alíquota de 27,5% e depois deixa o cara deduzir; fica todo mundo juntando em casa papelzinho de dentista, papelzinho de médico. Isso além de ser regressivo, porque o pobre vai na assistência social depois não recebe refunding (reembolso) nenhum. Então é regressivo, é ineficiente. Melhor tirar todas as deduções, abaixo um pouquinho a alíquota, é muito mais simples, não é?", disse Guedes, que, na verdade, só pensa em novas formas de esfoliar ainda mais a sociedade.

Outra medida, que também vai na contramão do que prometeu Bolsonaro na campanha, é a criação de um novo imposto. E logo um imposto que já foi derrubado pela sociedade. A intenção de Paulo Guedes, ministro da Economia, de recriar um imposto sobre transações financeiras não é de hoje. Ainda durante a campanha, o guru econômico de Jair Bolsonaro declarou que pretendia recriar um imposto nos moldes da CPMF.

Na época, Bolsonaro disse para seus eleitores "ignorar" as notícias que circulavam na imprensa, pois eram "mal intencionadas". Agora o imposto está de volta.

A ideia, anunciada por Cintra, é a recriação da CPMF, que seria um imposto sobre movimentações financeiras, semelhante à antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Segundo o secretário, ela terá alíquota entre 0,5% e 0,6%

em cada lado de uma mesma transação, no lugar da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento das empresas.

Durante um evento em São Paulo, na sexta-feira (9), Cintra declarou que a proposta do governo é a criação de um imposto previdenciário sobre movimentações financeiras no "mecanismo de gangorra". Ou seja, passa a ser cobrado na movimentação financeira enquanto as empresas deixam de descontar a contribuição previdenciária.

"A contribuição previdenciária, que é o tributo sobre pagamentos que pretendemos sugerir, está para a CPMF da mesma forma que o IVA está para o ICMS. São tributos da mesma espécie, mas um é mal implantado, mal articulado, deformado, cheio de distorções e o outro é implantado de forma mais simples e mais eficiente", defendeu Marcos Cintra. Esta opinião de Cintra é contestada por Mailson da Nóbrega que disse que a contribuição previdenciária é uma vez apenas ao ano, enquanto a CPMF é constante.

Mesmo sem conseguir enrolar mais ninguém, Bolsonaro insistiu que a CPMF não vai voltar. "Já falei que não existe CPMF, isso é ponto decisivo, tá ok? O que ele [Cintra] quer mexer... tudo proposta, não vai depois dizer lá na frente que eu recuei, tudo é proposta. Nós queremos facilitar o Imposto de Renda, aumentar a base, acabar com deduções, diminuir o imposto máximo de 27,5%, diminuir um pouco. Essa que é a ideia, facilitar", declarou Bolsonaro, em entrevista a jornalistas.

Ao recolocar em pauta a CPMF, Guedes irritou aliados da base governista, deputados e senadores contrários a este tipo de tributação. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou, na segunda-feira (12) - ver matéria na página 3, que uma eventual tentativa de recriação da CPMF não será aprovada na Câmara dos Deputados "em hipótese nenhuma. É ruim para a sociedade".

## Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

### HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto  
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21  
Liberdade - CEP: 01509-001  
São Paulo-SP  
E-mail: inc24agosto@uol.com.br  
C.N.P.J 23.250.750/0001-90

HP

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

### Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa,

140 Curió-Untingá - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



O vídeo desapareceu, assim como todos os outros, do canal do YouTube **Bandeiras trocadas**

O PDT agiu bem, e rapidamente, ao afastar um filiado que, pelo YouTube, fez ameaças à família Bolsonaro que não deixam a desejar à qualquer fanático bolsionarista, e enviá-lo para a Comissão de Ética do partido, em processo de expulsão.

Um sujeito que não tem o mínimo compromisso com a linha de seu partido – e, ao contrário, age para prejudicá-lo – não tem lugar dentro desse partido.

O problema é, exatamente, o que mencionamos acima: se esse elemento não é um bolsionarista infiltrado, não é um provocador, agiu exatamente como se fosse um.

Portanto, a diferença prática entre ele e um bolsionarista dos mais patológicos – daquele tipo que quer arrancar o couro dos que não concordam que Bolsonaro seja a encarnação do Arcanjo Gabriel – é **nenhuma**.

Quanto à sua diferença para os bolsionaristas mais patogênicos, aqueles que agem mais friamente, ainda estamos pensando no assunto.

Amigos no PDT de São Paulo dizem que o sujeito do vídeo era algo marginal – no sentido social da palavra, no sentido de **lumpen**.

Nenhum partido está livre de ser abordado por lumpens, pois eles existem na sociedade – e não há tabuleta na testa que os possa identificar. Mas o lumpen é, precisamente, a base operacional do fascismo. Já era assim na época da ditadura de Luís Napoleão, uma espécie de proto-fascismo. Mais ainda com Mussolini, Hitler e seus fâmulos.

Notemos que esse vídeo apareceu exatamente quando o país estava (como ainda está) indignado com os ataques de Bolsonaro ao presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, ataques que têm como conteúdo a aprovação – e até mesmo algum prazer – na tortura e assassinato do pai de Felipe, Fernando Santa Cruz, em 1974.

O fato de que, horas depois, Bolsonaro recorreu a uma mentira evidente e insustentável, a de que Fernando teria sido morto por seus próprios companheiros, apenas confirma, pelo cinismo, a sua aprovação a esse crime dos porões da ditadura.

Portanto, se existe algo favorável a Bolsonaro, no momento em que a sociedade repudia sua conduta, seria aparecer um vídeo em que a suposta vítima ameaçada fosse ele – e, melhor ainda para ele, também a sua família.

Pois Bolsonaro atacara, de modo repugnante, **Santa Cruz e sua família**. Só faltava aparecer alguém para aliviá-lo do repúdio que isso causou, atacando a família Bolsonaro com ameaças de que aconteça, com esta, algo que ocorreu com a família Santa Cruz.

Esse foi o papel desse vídeo. Fernando Santa Cruz foi assassinado, sob tortura, pela ditadura. Alguém poderia dizer que, em troca, a família Bolsonaro foi apenas ameaçada pelo YouTube – e não se sabe da seriedade da ameaça.

E verdade. Mas aí, eis algo suspeito, do ponto de vista psicológico: para compensar esse problema, o sujeito do vídeo acrescentou **toda a família** de Bolsonaro como alvo de assassinato, com exceção da filha mais nova. Aliás, a própria menção à filha parece algo preparada para dar um tom ainda mais sinistro a essa performance.

Pode ser que as coincidências existam – mas Freud, que entendia dessas coisas, não concordaria.

Tudo parece demasiado preparado. O elemento no vídeo não demonstra uma indignação verdadeira contra Bolsonaro. Está mais preocupado em impressionar a audiência do que com o país que Bolsonaro está destruindo ou com o povo que está sofrendo.

Integra deste texto em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

C.L.

# ‘Ser amigo de D. Trump já tira Eduardo do páreo’, diz senador

Pedro França/Agência Senado



Tem que ter qualificação para a função, defende o senador da Bahia **Depois do Coaf, Bolsonaro reclama que a Receita não protege ilícitos do seu irmão**

A kakistocracia, leitores, é o governo dirigido pelos piores, pelos menos qualificados e pelos mais inescrupulosos – e, acrescentamos nós, pelos mais imbecis. Vejamos aqui um breve exemplo.

Várias das pessoas presentes à reunião de Bolsonaro com o secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, na quarta-feira (07/08), relataram um ataque de nervos do sr. presidente, por conta de uma ação do fisco contra um de seus irmãos, que é comerciante em São Paulo.

Em meio ao ataque, Bolsonaro acusou a Receita de estar infiltrada por “petistas” que estariam “perseguido sua família”.

Algo que, disseram os auditores fiscais, é impossível, devido aos critérios usados, expostos em recente Carta Aberta (v. HP 06/08/2019, **Receita Federal denuncia proibição de investigações a “agentes públicos”**).

Apenas, os auditores fiscais não distinguem autoridades – ou familiares de autoridades – em suas investigações ou ações.

Bolsonaro, que havia atacado o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) por este

detectar as movimentações financeiras suspeitas de seu filho Flávio, e de seu faz-tudo Fabrício Queiroz, agora quer remover auditores da Receita – e não apenas os auditores fiscais que localizaram as irregularidades nas declarações de seu irmão.

“Um dos alvos é a chefe do centro de atendimento da Receita Federal na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, que cuida dos processos relativos à região onde mora a família Bolsonaro. Nomeada no governo Michel Temer, ela compartilha críticas contra a atual gestão em suas redes sociais. Outro foco é a fusão da superintendência da Receita em Minas Gerais com a do Espírito Santo e Rio de Janeiro, vista como o momento para trocar o responsável pela área”, segundo o jornal Valor Econômico, que entrevistou as pessoas que presenciaram o ataque de Bolsonaro (v. **Bolsonaro acusa Receita Federal de perseguir sua família**, Valor, 12/08/2019).

Do que se pode depreender: o critério de Bolsonaro é a perseguição política – essa que ele acusa os auditores fiscais de fazer contra ele. Perseguidores que

acusam os outros de perseguirem é, aliás, algo muito conhecido. Não somente do ponto de vista psiquiátrico. Além disso, é um equivalente do ladrão que sai gritando: “pega ladrão!”.

Bolsonaro disse a jornalistas, em café da manhã, que está descontente com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

Não apenas porque o presidente do Coaf, Roberto Leonel de Oliveira Lima, nomeado por Moro, declarou que a suspensão das investigações com base em informações do órgão prejudicará o combate à corrupção, narcotráfico, sonegação e outros delitos (v. HP 08/08/2019, **Para esconder corrupção da família, Bolsonaro ataca o presidente do Coaf**).

A suspensão das investigações com base em dados do Coaf, em decisão do atual presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, teve o objetivo de impedir a continuação do inquérito sobre os delitos de Flávio Bolsonaro (v. HP 17/07/2019, **Toffoli decide acobertar crimes de Flávio Bolsonaro e Fabrício Queiroz**).

Integra deste texto em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

C.L.

**Bolsonaro: “as pessoas que têm mais cultura têm menos filhos. Eu sou uma exceção à regra”**

Na sexta-feira (09/08), em entrevista, ao responder à pergunta sobre se achava possível crescimento econômico com preservação ambiental, Bolsonaro aconselhou ao repórter: **“É só você deixar de comer menos um pouquinho. Quando se fala em poluição ambiental, é só você fazer cocô dia sim, dia não, que melhora bastante a nossa vida também, está certo?”**

Em seguida, disse que

defende uma política de “planejamento familiar” para combater a poluição.

“Não é controle não, você vai botar na capa da ‘Folha’ amanhã que eu tô dizendo que tem que ter controle de natalidade. Planejamento familiar.”

Certamente, assim haverá menos gente fazendo necessidades pelo mundo – enquanto os seus cúmplices desmatam a Amazônia, poluem os rios e tornam a atmosfera de gasosa em sólida.

Mas a grande revelação

de Bolsonaro foi a de que é um homem de cultura.

“As pessoas que têm mais cultura têm menos filhos. Eu sou uma exceção à regra, tenho cinco, está certo? Mas, como regra, é isso.”

Bolsonaro, como se sabe, é um paiol de cultura. E não perdeu tempo com os filhos. Daí a impressionante cultura do zero-um, do zero-dois e do zero-tres, apelidos que já revelam a tremenda erudição de cada um.

C.L.

**Randolfe denuncia “retaliação” do governo à mídia e Rede vai ao STF contra a MP 892**

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) denunciou, na sexta-feira (9), a perseguição do governo aos órgãos de imprensa do país através da emissão da Medida Provisória 892. O parlamentar lembrou que, ao anunciar a edição da MP, Jair Bolsonaro indicou que a medida representa uma retaliação à imprensa, já que esta tem publicado críticas ao governo e às declarações do presidente.

“Existem notórios desvios de finalidade

na edição da MP, que não compreende os requisitos de urgência e prioridade, além de versar sobre assunto já debatido em legislação aprovada no Congresso Nacional”, explicou o líder da oposição no Senado. Ele destaca ainda que “a medida provisória anula parte da Lei 13.818, que foi aprovada no início do ano pela Câmara e pelo Senado e estende até 2022 a publicação dos balanços empresariais em jornais”.

O senador informou

**Maia: “em hipótese nenhuma nós vamos retomar a CPMF”**

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse na segunda-feira (12), que “em hipótese nenhuma” vai retomar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) nos trabalhos sobre a reforma tributária.

“A única certeza que eu tenho é que nós não vamos retomar a

CPMF na Câmara em hipótese nenhuma. É ruim para a sociedade. Eu trabalhei pelo fim da CPMF e não vai ser agora que vou retomar este tema”, afirmou Maia, contrariando proposta do governo em recriar a CPMF.

“Precisamos encontrar uma solução de simplificação do sistema em outro ambiente e não a volta da CPMF”, reafirmou

Rodrigo Maia

A declaração do presidente da Câmara aconteceu em evento para banqueiros em São Paulo.

“Vamos tentar construir este semestre um texto para que a gente possa avançar. A gente sabe que tem outros atores, a gente tem que entender como esses atores influenciam o plenário da Câmara”, salientou.

A CPMF foi extinta em 2007.

Para Ângelo Coronel, senador do PSD da Bahia, “esse é o pior dos argumentos”. “E depois das eleições do próximo ano, se Trump perder, como é que fica?”

O senador Ângelo Coronel (PSD-BA) repudiou na sexta-feira (9), em entrevista ao JN, da Rede Globo, a indicação de Eduardo Bolsonaro para a Embaixada do Brasil nos EUA. “Eu não quero colocar ninguém para ser embaixador nos Estados Unidos que não tenha capacidade para exercer essa função. Isso é o pior dos argumentos, esse negócio de amizade com a família Trump”, disse.

“E depois das eleições do próximo ano, se o Trump perder, como é que fica? Então isso aí para mim é o pior, repito, dos argumentos. Para mim, isso aí já é para tirar o Eduardo Bolsonaro do páreo dessa disputa”, acrescentou o senador.

O líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), também se manifestou na sexta-feira e disse que já há maioria para barrar a indicação do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) a embaixador do Brasil nos EUA, independentemente do agrémento do presidente norte-americano, Donald Trump, ao filho de Bolsonaro. “Nenhum dos senadores que se decidiu por votar contra a indicação voltará atrás por causa do Trump”, afirmou Randolfe.

Além da oposição, os senadores José Serra e Tasso Jereissati, ambos líderes dos tucanos, já se manifestaram

**Cidadania entra com ação no STF contra a indicação de Eduardo**

O partido Cidadania, antigo PPS, entrou na sexta-feira (09) com um mandado de segurança coletivo preventivo, com pedido de liminar no Supremo Tribunal Federal (STF), para impedir que o presidente Jair Bolsonaro indique seu filho Eduardo para o cargo de embaixador do Brasil nos Estados Unidos.

“Sob o pretexto de ‘dar filé mignon ao filho’, o excelentíssimo senhor presidente da República confunde a res publica com a res privada, ignorando que o poder emana do povo e que a ele deve servir. Trata-se de retrocesso civilizatório e institucional para o país, que retorna a práticas antigas e arduamente combatidas durante anos”, argumenta o Cidadania.

O partido aponta nepotismo e sustenta que a jurisprudence do STF é que, mesmo havendo liberdade para nomeações de parentes para cargos políticos, “ainda é necessário observar preceitos como qualificação e pertinência técnica para a ocupação do cargo em questão”.

Eduardo Bolsonaro não tem nenhuma formação diplomática, mas os “argumentos” de seu pai para mandar o filho para os EUA são vários.

O primeiro é que não pode “perder essa oportunidade de dar um filé mignon” para o filho. O segundo é que “o menino já queria ir embora mesmo, morar nos EUA”. Afinal, ele “já fritou hambúrguer no frio do Maine e fala bem o inglês”. E o último é que ele é muito amigo dos filhos do Trump e até já usou o boné de campanha do republicano. (v. **Quero beneficiar meu filho sim, diz Bolsonaro**)

Esses episódios são descritos no mandado de segurança como seguem:

Em 11 de julho de 2019, na cerimônia de posse do Sr. Alexandre Ramagem, Diretor Geral da Agência Brasileira de Inteligência, o eminente Presidente da República proferiu os seguintes dizeres:

“Levamos em conta custo, benefício, como seria compreendido naquele país. Eu fiquei pensando assim: ‘Imagine se tivesse no Brasil aqui o filho do Macri como embaixador da Argentina?’. Obviamente que o tratamento seria diferente de outro embaixador normal. É uma coisa que está no meu radar, sim. Existe essa possibilidade. Ele é amigo dos

contra a indicação de Eduardo Bolsonaro para a embaixada dos EUA.

Ainda na noite de sexta-feira (9) o Cidadania entrou com um mandado de segurança coletivo preventivo, com pedido de liminar no Supremo Tribunal Federal (STF), para impedir que Jair Bolsonaro indique seu filho para o cargo de embaixador do Brasil nos Estados Unidos. (ver abaixo **Cidadania entra com ação no Supremo contra indicação de Eduardo Bolsonaro**).

O líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA), afirma que “a concordância do Trump não deve alterar o voto de nenhum senador. A bancada do PSD estará liberada a votar como desejar. Nada tenho de pessoal contra a figura do deputado, mas por entendimento técnico e até por respeitar e prestigiar os que fazem a difícil carreira diplomática, tenho posição contrária à indicação”.

O ex-embaixador em Washington Márcio Marques Moreira também falou ao JN e disse que considera que a proximidade de Eduardo Bolsonaro com Trump não basta. “Não é suficiente para uma jornada de longo prazo porque aí ele teria que ter o mesmo trânsito com os democratas, também com o Supremo, com a comunidade acadêmica, comunidade empresarial porque os Estados Unidos são um país multifacetado”.

*filhos do Trump, fala inglês, fala espanhol, tem uma vivência muito grande de mundo. E, no meu entender, poderia ser uma pessoa adequada e daria conta do recado perfeitamente em Washington”, afirmou*

No dia que se seguiu, 12 de julho de 2019, o Deputado Federal Eduardo Nantes Bolsonaro se manifestou de forma semelhante, conforme abaixo transcrito:

“É difícil falar de si próprio, né? Mas não sou um filho de deputado que está do nada vindo a ser alçado a essa condição, tem muito trabalho sendo feito, sou presidente da Comissão de Relações Exteriores, tenho uma vivência pelo mundo, já fiz intercâmbio, já fritei hambúrguer lá nos Estados Unidos, no frio do Maine, estado que faz divisa com o Canadá, no frio do Colorado, em uma montanha lá. Aprimorei o meu inglês, vi como é o trato receptivo do norte-americano para com os brasileiros”, disse.

Reforçando o caráter personalista da intenção, em 19 de julho de 2019, por meio de transmissão de vídeo realizada pelo website youtube, em canal denominado “Folha do Brasil”, o Presidente da República declarou:

“É lógico que é filho meu, pretendo beneficiar um filho meu, sim, pretendo, está certo? Se eu puder dar um filé mignon ao meu filho, eu dou”.

Nesse mesmo sentido, em 4 de agosto de 2019, em flagrante desrespeito às instituições e desmoralização ao Senado Federal, o Presidente da República se manifestou no seguinte sentido:

“O Senado pode barrar meu filho sim, mas imagine que no dia seguinte eu demito o Ernesto Araújo e bote meu filho no Ministério das Relações Exteriores. Ele não vai ser embaixador, ele vai comandar, entre embaixadores e agregados, duzentos mundos afora. E daí, alguém vai tirar meu filho de lá?”

No fim do documento, o partido Cidadania pede que Jair Bolsonaro se abstenha de indicar e encaminhar para apreciação do Senado Federal o nome de Eduardo Bolsonaro para exercer o cargo de embaixador do Brasil nos Estados Unidos, até deliberação de mérito do presente mandado de segurança.

**Justiça suspende decreto que acabou com órgão de combate à tortura**

A Justiça do Rio de Janeiro suspendeu o decreto de Jair Bolsonaro que extinguiu os cargos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). O órgão foi instituído pelo Estado brasileiro para cumprir um compromisso internacional assumido pelo Brasil na ONU. Sua função é realizar estudos e relatórios sobre torturas e violações de direitos humanos no país.

Tanto a Defensoria Pública da União (DPU) quanto a Procuradoria Geral da República (PGR) moveram ações contra o decreto. Na última sexta-feira (09) a 6.ª Vara Federal do Rio de Janeiro proferiu liminar favorável à ação.

Bolsonaro, que acaba de homenagear um conhecido torturador e assassino de presos políticos, o coronel Brilhante Ustra, não poderá proteger e nem acobertar mais os torturadores, como pretendia com a extinção do colegiado.

Bolsonaro tentou acabar com o órgão de controle atual, do sistema prisional brasileiro, que é o MNPCT, assim como quis desmontar a “Comissão da Verdade”, colegiado criado para investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas no passado, entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

Na decisão, o juiz federal Osair Victor de Oliveira Júnior, da 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro, argumenta que o presidente não poderia ter concretizado as exonerações. “A destituição dos peritos só poderia se dar nos casos de condenação penal transitada em julgado, ou de processo disciplinar”.

diz um trecho do despacho. A liminar diz que “a não extinção do órgão não significa que o mesmo continue em funcionamento” e determina que os onze peritos sejam reintegrados aos cargos comissionados, com remuneração.

Integra deste texto em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

# STF rejeita o pedido do PSL para liberar prisão de crianças de rua

Segundo a corte, ação do Partido de Bolsonaro levaria à implantação de uma política higienista que amontoaria crianças em instituições mal estruturadas

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou, nesta quinta-feira (8), imprecudente a Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo PSL que pedia a flexibilização do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para liberar a apreensão de crianças em situação de rua.

O partido de Jair Bolsonaro queria permitir que a polícia apreendesse crianças por “perambulação”, mas o Supremo, por unanimidade, reafirmou o ECA e garantiu o direito de ir e vir de crianças e adolescentes com a punição para quem privar os menores da liberdade sem ordem judicial.

O relator, ministro Gilmar Mendes, afirmou que os pedidos levariam à implantação de uma política higienista que amontoaria crianças em instituições mal estruturadas.

“Para os autores [do pedido], o autoritarismo dos tempos atuais não ocorre mediante rupturas bruscas, mas sim através de progressivas restrições das liberdades civis, incluindo as liberdades de ir e vir, de expressão e associação, razão pela qual é importante que os agentes públicos e as instituições estejam atentas a esses sinais. Nesse sentido, cabe ao STF, enquanto guardião dos direitos e liberdades fundamentais, coibir condutas que, em última análise, enfraqueçam as regras do regime democrático e do Estado de Direito”, destacou o ministro.

O PSL havia pedido que o STF declarasse inconstitucionais, entre outros, os artigos 16, inciso I, e 230 do ECA.

A norma veda a detenção de crianças e adolescentes para averiguação, ou por motivo de perambulação, desde que determinada por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária.

O inciso I do artigo 16 do Estatuto diz que o direito à liberdade da criança e do adolescente compreende, entre outros, o de “ir e vir e estar em logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais”.

O artigo 230 institui pena de detenção de seis meses a dois anos a quem “privar a criança ou adolescente de sua liberdade, procedendo a sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente”.

## QUE DIZ O PSL

Sobre o direito à liberdade das crianças e adolescentes, a ação do partido bolsonarista diz que “frequentemente crianças praticam sucessivos atos infracionais graves, são apreendidas e encaminhadas dezenas de vezes aos Conselhos

Tutelares. Levadas aos abrigos, que são instituições abertas e transitórias — verdadeiras casas da mãe Joana — entram e saem no mesmo dia ou no dia seguinte. O Estatuto não prevê uma advertência”.

Por fim, o partido contestou o trecho do ECA que restringe a internação a casos de ato infracional grave (ato cometido mediante agressão ou violenta ameaça) de reiteração de infrações ou de descumprimento de medida socioeducativa imposta anteriormente.

## O QUE DIZ O STF

Gilmar Mendes negou todos os pedidos do PSL e afirmou: “O pedido formulado nesta ação busca eliminar completamente o direito de liberdade dos menores, restabelecendo a já extinta ‘prisão para averiguações’, que viola a norma do artigo quinto da Constituição segundo a qual ‘ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente’”, disse.

Segundo o ministro, apreender crianças andando na rua, poderia servir “para a implementação de uma política higienista que, em vez de reforçar a tutela dos direitos dos menores, restringiria ainda mais o nível de fruição de direitos, amontoando crianças em unidades institucionais sem qualquer preocupação com o bem-estar desses indivíduos”.

Quanto às crianças menores de 12 anos, Gilmar considerou que a decisão do legislador de não aplicar medidas mais severas a essa faixa etária “é compatível com a percepção de que a criança é um ser em desenvolvimento que precisa ser, acima de tudo, protegida e educada”.

Os ministros Ricardo Lewandowski, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luiz Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Marco Aurélio, Celso de Mello e Dias Toffoli, presidente do STF, acompanharam integralmente o voto do relator.

Ao acompanhar o voto de Mendes, Barroso defendeu a educação básica e aproveitou para tocar em temas atuais que são caros ao governo Bolsonaro e a seus apoiadores. “Quem achar que o problema da educação é Escola sem Partido, ideologia de gênero ou saber se 64 foi golpe está assustado com a assombração errada”, disse o ministro.

## DECISÃO

Ao comentar a decisão do Pleno do STF, o PSL se limitou a dizer: “Isto quer dizer que as crianças carentes, ainda que integrantes deste quadro dantesco e desumano, não mais poderão ser recolhidas, pois adquiriram o direito de permanecer na sarjeta”.

milhões de metros cúbicos; e até 15 de setembro de 2027, para barragens com volume acima de 30 milhões de metros cúbicos.

Pela norma anterior, o projeto técnico de descomissionamento deveria ser entregue agora em agosto, as obras de reforço das estruturas, em fevereiro de 2020 e a extinção das barragens, em 15 de agosto de 2021.

A nova resolução mantém a proibição a empreendedores responsáveis por qualquer tipo de barragem de mineração de conceber, construir, manter e operar instalações da empresa “nas localidades pertencentes a poligonal da área outorgada ou em áreas averbadas no respectivo título mineral e inseridos na Zona de Autossalvamento (ZAS)” - região em que os avisos de alerta à população são de responsabilidade do empreendedor, por não haver tempo suficiente para uma intervenção das autoridades, e cuja distância corresponda a um tempo de chegada da onda de inundação igual a trinta minutos ou 10 quilômetros.

Os prazos para a desativação de estruturas ainda existentes nas ZAS também foram flexibilizados com a nova regulamentação: até 12 de outubro de 2019, devem ser desativadas ou removidas as instalações destinadas a atividades administrativas, de vivência, de saúde e de recreação, e também qualquer instalação, obra ou serviço que manipule, utilize ou armazene fontes radioativas; e até 15 de agosto de 2022, devem ser descaracterizadas as barragens de mineração ou estruturas vinculadas ao processo operacional de mineração para armazenamento de efluentes líquidos, situadas imediatamente à jusante da barragem de mineração cuja existência possa comprometer a segurança da barragem situada à montante. As datas anteriores eram agosto de 2019 e agosto de 2020, respectivamente.

## Governo prorroga prazo para extinção de barragens como a de Brumadinho para 2027

A Agência Nacional de Mineração (ANM) publicou nesta segunda-feira, 12, resolução que confirma a determinação que baixou em fevereiro deste ano de proibir a utilização das barragens a montante em todo o País, mas adiou o prazo final para extinção definitiva do modelo, passando de 2021 para os anos de 2022, 2025 e 2027, a depender da capacidade dos empreendimentos.

O texto está no Diário Oficial da União (DOU) e substitui a resolução de fevereiro que estabelecia medidas regulatórias cautelares até que fosse concluído processo de consulta pública sobre a norma.

No Brasil, há cerca de 80 barragens desse tipo em todo o País, como a da mineradora Vale em Brumadinho (MG), que se rompeu em janeiro, causando mortes e destruição na cidade. Desse total, 43 são classificadas como de alto dano potencial - quando o rompimento ou mau funcionamento acarreta perda de vidas humanas e danos sociais, econômicos e ambientais.

O ato diz que, para minimizar o risco de rompimento, em especial por liquefação, das barragens alteadas pelo método a montante ou por método declarado como desconhecido, o empreendedor deverá concluir a elaboração de projeto técnico executivo de descaracterização da estrutura até 15 de dezembro de 2019 e concluir as obras do sistema de estabilização da barragem existente ou a construção de nova estrutura de contenção situada à jusante, conforme definição técnica do projetista, até 15 de setembro de 2021.

Quanto à etapa de descaracterização da barragem, os prazos passaram a ser os seguintes: até 15 de setembro de 2022, para barragens com volume de 12 milhões de metros cúbicos, conforme Cadastro Nacional de Barragens de Mineração; até 15 de setembro de 2025, para barragens com volume entre 12 milhões e 30



Professor e membro da Academia Brasileira de Ciências, Ricardo Magnus Osório Galvão



Dados do Inpe revelam aumento brutal do desmatamento na região amazônica

## Cortar dinheiro do livro didático é um crime contra a Educação Básica, denuncia UMES

O presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES), Lucas Chen, condenou o corte de R\$ 348 milhões na verba para a produção de livros didáticos para a Educação Básica, realizado pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Segundo Chen, o novo corte “demonstra que Bolsonaro declarou a Educação Pública como inimiga”.

O Ministério da Educação (MEC) anunciou, na terça-feira (6), que o novo corte no orçamento da pasta, anunciado no final de julho, atingirá a educação básica. No total, a pasta, dirigida por Abraham Weintraub bloqueou R\$ 348.471.498 na “produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para educação básica”.

“Pelo Brasil afora, nossas escolas sofrem com a falta de infraestrutura, professores mal pagos e o

governo quer agora retirar uma das mais importantes conquistas dos estudantes brasileiros. Este novo corte, de R\$ 348 milhões na verba dos livros didáticos é mais uma afronta que não podemos aceitar”, destacou o presidente da entidade secundarista.

Lucas Chen ressaltou que, com o novo corte, Bolsonaro contradiz seu próprio discurso de que seu governo seria a educação básica. “Não há qualquer proposta de investimento, apenas de desestruturação e perseguição aos estudantes e professores”, denunciou.

No dia 30 de julho, o governo federal anunciou a decisão de bloquear R\$ 348 milhões do orçamento do MEC como parte de um contingenciamento maior, de R\$ 1,442 bilhão, referente ao terceiro bimestre de 2019. Caberia então a Weintraub decidir onde seria o corte, que poderia ser diluído em diversas ações da pasta.

Com o novo corte, o

bloqueio dos recursos da Educação chegam a R\$ 6,2 bilhões em 2019, cerca de 25% do orçamento para o ano. A informação foi publicada ontem no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

Até então, as principais vítimas da ação bolsonarista eram as universidades federais, que tiveram 30% da verba de custeio - destinada ao pagamento de contas de água, luz, compra de insumos e serviços terceirizados - bloqueadas. Segundo Weintraub, o corte se justificava pois as instituições promoviam “balburdia”.

O governo também cortou outros R\$ 94,4 milhões em assessoramento e assistência técnica de organismos internacionais, R\$ 35 milhões em avaliação da educação básica e R\$ 9,4 milhões do Pronatec (bolsas e auxílios), porém, houve a compensação de R\$ 94,4 milhões para a pasta.



## “Musa do Veneno” diz que liberar novos agrotóxicos não prejudica a saúde

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirmou que a liberação de novos agrotóxicos, que vem quebrando recordes no governo Bolsonaro, não coloca em risco a saúde dos consumidores nem o meio ambiente. No entendimento dela, a liberação de registro para que novos produtos sejam usados no país foi acelerada, mas as exigências continuam as mesmas.

De acordo com o próprio Ministério, o governo liberou 262 registros de novos produtos apenas em 2019.

“Ninguém está pondo veneno no prato de ninguém. Consumidor nenhum brasileiro está sendo intoxicado”, declarou a ministra, conhecida como “Musa do Veneno” pelos membros da bancada ruralista.

Segundo a ministra, o Brasil “está muito atrasado”, com relação ao uso de pesticidas e seu objetivo é acelerar ainda mais a liberação de novos agrotóxicos. “Não mudou nada, o que mudou, somente, foi a celeridade. Foi colocado mais gente no Ministério da Agricultura, pesquisadores da Embrapa que vieram ajudar essa fila de pedidos de registro. Foi colocado mais gente no Ministério de Meio Ambiente, também a fila anda. E a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) resolveu pegar esse assunto em que o Brasil está muito atrasado em relação a outros países”, disse após participar da abertura do Congresso Brasileiro do Agronegócio, na segunda-feira (5).

Segundo a ministra, os pesticidas e herbicidas usados no Brasil também são usados em outras partes do mundo. “Quase todos os países do mundo já usam esses produtos. E quando não usam é porque não precisam”, disse sobre a segurança dos produtos.

## DESMATAMENTO

A ministra bolsonarista também reforçou a posição do governo de que os dados do Inpe, que apontam para o aumento do desmatamento na região amazônica, não deveriam ser públicos. “Nós apanhamos da mídia internacional direito”, disse sobre as reportagens publicadas por toda a imprensa sobre o desmatamento no país.

Nesse sentido, a ministra defendeu mais cuidado na divulgação do monitoramento do desmatamento na Amazônia feito pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). A partir da análise das informações do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (f) foi apontado um aumento de 218% na derrubada da floresta em julho deste ano em comparação com o mesmo mês de 2018. (v. Desmatamento da Amazônia aumenta 278% em julho)

“O Inpe é um instituto importante. Agora, ele colocou, primeiramente, os dados que são de alerta, em que você não tem a área desmatada. Esse dado precisaria ser melhor trabalhado para ser colocado à disposição de todos”, disse Teresa Cristina. “Nós precisamos trabalhar melhor essas informações para colocar para a população e para o mundo, para que não gere toda essa celeuma. E às vezes é uma coisa muito pequena”, acrescentou.

A divulgação do aumento do desmatamento causou a demissão do diretor do Inpe, Ricardo Galvão, que segundo Bolsonaro, publicou dados “mentirosos”.

## Marcha da Mulher Indígena ocupa o Ministério da Saúde

Em meio às investidas do governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) contra os direitos dos índios, mulheres de diversas etnias ocuparam o prédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, em Brasília, na manhã desta segunda-feira (12).

No ato pela “defesa do subsistema de atenção à saúde indígena”. As manifestantes ocuparam o 4º andar do edifício e protestaram, em forma de dança e música contra a municipalização da atenção de saúde aos indígenas, que retira a obrigação do governo federal de prestar o atendimento à população. Desde domingo (11), as indígenas estão acampadas no gramado da Funarte. Elas vieram de diferentes regiões do país para a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas.

Entre as mudanças na pasta anunciadas pelo ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, em março deste ano, está a extinção da Sesai. Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a mudança prevê ainda a municipalização dos serviços de saúde para os povos indígenas, o que pode não assegurar a diversidade no atendimento. Segundo a coordenadora nacional da Apib, Sônia Guajajara, o protesto reuniu cerca de 115 etnias diferentes. “Não vamos aceitar a municipalização da saúde indígena. Nós, mulheres, não temos a obrigação de aceitar qualquer imposição que venha destruir a nossa saúde, a nossa vida”, disse.

A 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, que acontece em Brasília, começou na última sexta-feira (9) e tem previsão de término para a próxima quarta-feira (14), tendo como tema: “Território: nosso corpo, nosso espírito”. A Marcha é uma conquista de muitas mulheres, pertencentes a diversos povos que lutam diariamente a fim de dar visibilidade e voz para as suas causas próprias.

## Presidente da Funai agrediu o pai com um soco no rosto

O indicado por Jair Bolsonaro para presidir a Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Augusto Xavier da Silva, é investigado por ter dado um soco no rosto e ameaçado o próprio pai, de 71 anos, no início do ano.

Ele tomou posse como presidente da Funai no fim de julho. Em janeiro deste ano, durante encontro na casa de um amigo em um sítio na cidade de Novo São Joaquim, a 220km de Cuiabá (MT), Marcelo discutiu com o pai e sua madrastra, de 60 anos, e ameaçou os dois.

“Cuidado quando o senhor vier para a fazenda, enfia a facenda no cú, enfia o dinheiro no cú”, dizia Marcelo para o pai, conta a reportagem da BBC News Brasil.

Minutos depois ele desferiu um soco contra o idoso, apesar de ter várias testemunhas no local. O Boletim de Ocorrência (BO) foi registrado pelo pai de Marcelo três dias depois.

Marcelo Xavier alegou que o inquérito foi arquivado, mas a Polícia Civil do Mato Grosso contesta essa versão. Ele é delegado da Polícia Federal. Foi aprovado apenas no segundo concurso que prestou, tendo sido repro-

vado no teste psicológico do primeiro.

Seus examinadores entenderam que ele não tem a personalidade adequada para o cargo.

De acordo com um profissional que organiza estas avaliações, policiais não podem ser pessoas excessivamente agressivas ou impulsivas.

Enquanto delegado, foi investigado internamente duas vezes. A primeira foi por ter investigado irregularmente o ex-marido de sua atual esposa e a segunda foi por ter agredido verbalmente um procurador da República.

Marcelo chegou a ser afastado de uma operação para expulsar invasores de terras indígenas por estar colaborando com eles.

No início deste ano, Marcelo Augusto Xavier foi nomeado assessor do pecuarista e secretário de assuntos fundiários do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia. Mas não foi cedido a tempo pela Polícia Federal e teve a sua nomeação anulada em abril.

No governo de Michel Temer (MDB), Marcelo foi assessor do ex-ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo) para assuntos ligados à questão agrária. Antes disso,



foi ouvidor da Funai durante alguns meses, também na gestão Temer.

# Câmara aprova o confisco das aposentadorias dos brasileiros



Edilson Rodrigues/Agência Senado

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
*“Eduardo de Oliveira dedicou sua vida à luta pela igualdade, a liberdade e a soberania”*

No último dia 6 de agosto, o professor Eduardo de Oliveira, fundador do Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB), completaria 93 anos.

Professor Eduardo, uma das mais destacadas lideranças do movimento negro e do povo brasileiro, renomado poeta, primeiro vereador negro da cidade de São Paulo e autor do Hino à Negritude, faleceu em julho de 2012, aos 86 anos.

Seu legado foi imortalizado na sua principal obra, o Hino à Negritude que, em 2014, tornou-se um dos hinos oficiais do Brasil.

O presidente do CNAB, Alfredo Oliveira, celebrou os 93 anos do nascimento do Professor Eduardo: “06 de agosto de 1926. Nasce o grande líder e ícone das lutas em defesa do combate ao racismo, ao preconceito discriminação do negro”.

“Dedicando toda sua vida, pela igualdade e liberdade do povo e à soberania Nacional. Deixando o legado de resistência, de luta e combate às discriminações e opressões, pela liberdade do negro e do Brasil”.

“Viva o Professor Eduardo de Oliveira!”, completou.

## ATO SOLENE

A deputada estadual Leci Brandão, em conjunto com o CNAB e outras entidades nacionais de combate ao racismo, realizará, no dia 23, um ato solene em homenagem a Eduardo.

O ato acontecerá às 18h30min do dia 23 de agosto, no Auditório Paulo Kobayashi, na Assembleia Legislativa de São Paulo.



## Corinthians convida torcedor preso por ato contra Bolsonaro para a Tribuna de Honra

O torcedor do Corinthians, Rogério Lemos, que foi detido no domingo (4) por policiais militares na Arena Corinthians por protestar contra o governo Bolsonaro, foi convidado pela diretoria do clube para assistir ao jogo, na quarta-feira (7), no camarote presidencial do estádio.

O convite, aceito pelo torcedor, foi feito diretamente pelo presidente do Corinthians, André Sanchez.

Logo após a prisão do torcedor, o clube emitiu uma nota contra a ação policial, defendendo o direito de manifestação.

“O clube historicamente reitera seu compromisso com a democracia e a defesa do direito constitucional de livre manifestação, desde que observados os princípios da civilidade e da não violência. A agremiação lembra que diferentes autoridades, entre elas o presidente do clube, já foram alvo de manifestações da torcida durante os mais variados eventos esportivos realizados no local e o episódio

caracteriza-se como um grave atentado às liberdades individuais no Estado Democrático de Direito”, diz a nota do Corinthians.

Quando Rogério Lemos foi retirado do estádio por protestar contra Bolsonaro, o presidente não estava presente, mas as manifestações contrárias ao governo nos estádios de futebol já se tornaram comuns. O próprio Bolsonaro já foi vaiado no Maracanã, no Mineirão e em Brasília.

Após a detenção, o torcedor publicou em suas redes sociais a foto do Boletim de Ocorrência com a legenda “Ditadura!!!”.

Ele também deu mais detalhes sobre o momento da prisão. Contou que levou um “mata-leão” e, quando caiu, foi algemado e levado para uma sala onde foi humilhado.

“Gente boa do meu Brasil, hoje entrei na Arena Corinthians expondo minha opinião contra o atual governo e olha o que aconteceu!!! Fui preso! Humilhado! Algemado!!!”, escreveu.



Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, Ronaldo Fleury



Ascom ADUF-PB

Hebert Claros, do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos

## Com reforma, pensionistas poderão receber benefício abaixo do mínimo

Após aprovação do texto base da reforma trabalhista (PEC 06/2019), na madrugada desta quarta-feira (07), que visa jogar a aposentadoria do povo para a hora da morte, o plenário da Câmara rejeitou o destaque apresentado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), por 339 votos a 153, que tinha como objetivo impedir que a pensão por morte fosse menor que um salário mínimo.

Nas regras atuais, a Constituição prevê que qualquer pensão tem como piso o salário mínimo vigente. Com a rejeição às pensões podem ser menores que os atuais R\$ 998.

De acordo com o texto aprovado, caso o falecido que recebesse mais de um salário mínimo não tenha contribuído por tempo suficiente ou se tiver contribuído sempre com base em um salário, o beneficiário da pensão poderá receber valor menor que esse.

Isso se deve ao fato da PEC ter estabelecido que o valor da pensão será de uma cota familiar de 50% da aposentadoria ou média salarial (trabalhador na ativa) mais cotas de 10% para cada dependente.

O destaque foi um dos que gerou mais polêmica nos debates, pois a proposta do PCdoB queria garantir que, para qualquer que fosse o caso, as pensões por morte não pudessem ser menores que um salário mínimo.

Conforme o projeto, caso o falecido tenha contribuído com base em um salário mínimo e possua um companheiro já aposentado que receba um salário, este receberá 50% de um salário (se houver outros dependentes terá um acréscimo de 10% por cada um). Assim, o que o destaque do PCdoB queria evitar poderá se concretizar com a viabilidade de termos pensões por morte menores que o piso.

Para a deputada federal do PCdoB, Alice Portugal, essa reforma traz aspectos intoleráveis “que permite que o pensionista, a pensionista, receba, doravante, menos que um salário mínimo. Isso é algo muito grave. Pois hoje, uma empregada doméstica, que poderá ter um trabalho intermitente, que recebe um salário, perde seu companheiro. Se esta doméstica perde seu emprego, ela receberá 50%, 60% do valor; a depender do número de filho menores.”

O debate fez com que

parlamentares da base governista e membros do governo Bolsonaro parisssem uma portaria da Secretaria de Previdência Social do Ministério da Economia para ludibriar os desavisados para dar pé ao que o texto chama de “renda formal”.

Isso porque, segundo o projeto, o benefício só não poderá ser menor do que o salário mínimo caso a pensão seja a única “renda formal” do dependente.

Segundo a Portaria 936, a fonte formal de renda do dependente será “o somatório dos rendimentos recebidos mensalmente, constantes de sistema integrado de dados relativos a segurados e beneficiários de regimes de previdência, de militares, de programas de assistência social, ou de prestações indenizatórias, igual ou superior a um salário mínimo”.

“Ficam viúvas e órfãos na completa insegurança social, na completa insegurança jurídica [...] a portaria é inconsistente, é inconstitucional e o substitutivo é cruel. Por isso pedimos a supressão do texto, dessa formulação sobre as pensões que confunde pensão com renda.”, concluiu Alice Portugal.

## MPT resgata trabalhadores dormindo ao lado de chiqueiro em fazenda na BA

A sanha de Bolsonaro contra os trabalhadores não tem limites. Como se não bastasse os ataques reais à ampla maioria do povo que seu governo vem promovendo, o presidente ainda tem o desplante de comparar a vida e as dificuldades dos trabalhadores com a dos empresários.

Em entrevista ao canal da jornalista Leda Nagle, no YouTube, na segunda-feira, Bolsonaro disse, referindo-se aos trabalhadores que reclamam do desemprego e “criticam o patrão”, que deveriam passar pela experiência de empreender para

“ver como é barra pesada ser empresário no Brasil”. E comparou que, assim como a vida do trabalhador é difícil, “a do empresário também é”.

Referindo-se aos direitos trabalhistas, afirmou que “tudo o que é demais atrapalha”.

E justificou o desemprego e os baixos salários porque, segundo ele “é tanto direito que os patrões, os empreendedores, contratam o mínimo possível e pagam o mínimo possível”.

E martelou mais uma vez a sua cantinela de que o trabalhador tem que es-

colher entre “menos direito e mais emprego ou todos os direitos e o desemprego”.

Ele só esqueceu de falar sobre o que tem sido a realidade do seu governo: cada vez menos direitos e menos empregos.

O presidente também criticou mais uma vez a multa de 40% sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a que os trabalhadores têm direito em casos de demissão sem justa causa, afirmando que ela foi criada para “evitar demissões”, mas que hoje ela não teria mais sentido porque “as pessoas já não contratam mais”.

## 370 deputados aprovaram o texto de Bolsonaro que saqueia aposentadorias

O texto-base do projeto que jogará a aposentadoria dos brasileiros para as calendras gregas foi aprovado na terça-feira (06) por 370 votos a favor e 124 contra. Nove votos menos do que obteve no primeiro turno. O plano do governo é retirar R\$ 1 trilhão dos aposentados mais pobres para transferir dinheiro aos banqueiros. Coincidência ou não, no mesmo dia da votação, Jair Bolsonaro enviou projeto de lei ao Congresso para liberar R\$ 3 bilhões afim de que possam ser pagas as emendas prometidas aos parlamentares.

O projeto do governo, entre outras maldades, eleva a idade mínima para a aposentadoria para 65 anos aos homens e 62 anos às mulheres. Ao final do tempo de transição, deixa de haver a possibilidade de aposentadoria por tempo de contribuição. Além disso será necessário um mínimo de 15 anos de contribuição para mulheres e 20 anos para homens que já estão no mercado de trabalho e 20 nos para os novos trabalhadores. Servidores públicos terão um mínimo obrigatório de 25 anos.

Trabalhadores rurais terão que trabalhar até 55 anos (mulheres) e 60 anos (homens), sendo que os dois terão obrigatoriamente um mínimo de 15 anos de contribuição ininterrupta para

poderem se aposentar. Professoras passam a se aposentar com 57 anos e professores com 60 anos sendo que os dois terão que cumprir um mínimo obrigatório de 25 anos para poderem se aposentar. Policiais de ambos os sexos se aposentarão com 55 anos com 25 anos de contribuição mínima para ambos na função e 30 anos, fora da função.

A redução das aposentadorias se dará pelo novo cálculo dos benefícios. É daí que Paulo Guedes vai retirar os recursos dos aposentados e desviá-los para os bancos. Pelas novas regras, o valor da aposentadoria será calculado com base na média de todo o histórico de contribuições do trabalhador (não descartando as 20% mais baixas como feito atualmente). Com a medida os valores das aposentadorias serão menores.

O governo foi obrigado a manter o Benefício de Prestação Continuada mas jogou para lei ordinária, planejando golpeá-lo mais tarde com menos votos. O texto permite que pessoas com deficiência e idosos em situação de pobreza continuem a receber 1 salário mínimo a partir dos 65 anos, mas prevê a inclusão na Constituição do critério para concessão do benefício. Essa regra já existe atualmente, mas consta de uma lei ordinária, passível de ser modificada mais facilmente que uma norma constitucional.

## Bolsonaro desviou R\$ 926 mi da Educação para a compra de votos da reforma da Previdência

Para aprovar a Reforma da Previdência, Bolsonaro prometeu aos deputados R\$ 3 bilhões para emendas parlamentares. Após aprovada em segundo turno na Câmara dos Deputados, o governo decidiu que quase um terço desse valor sairia do orçamento contingenciado do Ministério da Educação.

O projeto de lei foi encaminhado pelo Executivo, na terça-feira (6) para garantir a verba para o pagamento de emendas (verbas para projetos e ações indicadas por parlamentares) negociadas na votação em primeiro turno da reforma da Previdência. O texto do projeto envia para outras áreas o dinheiro do MEC que estava bloqueado desde fevereiro. O MEC perde R\$ 926 milhões, de acordo com o texto encaminhado.

Após as manifestações e repúdio da sociedade ao corte de verbas da Educação, Bolsonaro e o ministro da Educação, Abraham Weintraub, passaram a dizer que haveria liberação futura dos recursos, caso houvesse melhora na economia.

Mas agora fica claro que isso não passava de mais uma mentira do governo Bolsonaro porque esses valores contingenciados passam a ter outra destinação definitiva se o projeto for aprovado pelo Congresso.

Os R\$ 926 milhões representam 16% do total bloqueado no MEC neste ano, que soma R\$ 6,1 bilhões. Os remanejamentos previstos no projeto atingem, na área da Educação, ações como o apoio à manutenção da educação infantil, concessão de bolsas na educação superior e básica e

apoio ao funcionamento de instituições federais de ensino.

Weintraub e Bolsonaro têm repetido frequentemente o discurso de que a educação básica é prioridade do governo, mas os cortes não têm poupado o setor.

Não poupou agora, mas antes também não aliviava, muito menos investia. Em julho o governo chegou a zerar repasses em programas como o apoio a educação em tempo integral e alfabetização.

No dia 30 de julho, o governo federal havia anunciado um novo bloqueio R\$ 348 milhões do orçamento do MEC como parte de um contingenciamento geral de R\$ 1,4 bilhão. O MEC decidiu provisionar esse congelamento específico no orçamento de “produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos”.

Com relação ao projeto do Executivo que remaneja os recursos da pasta que impede o tal descontingenciamento, e sacramenta o corte, o MEC afirmou apenas que “as competências para a definição do orçamento federal são do Ministério da Economia”, disse.

A pasta chefiada por Paulo Guedes ressaltou, em nota, que o Ministério da Educação ainda tem recursos, como se o dinheiro não fosse fazer falta, “superiores a R\$ 4,5 bilhões de dotações bloqueadas, que poderão vir a ser desbloqueadas em caso de recomposição de limite orçamentário”. Ele também defendeu que a suplementação prevista no projeto “visa ao atendimento de despesas prioritárias”.

## Parlamento paraguaio forma a Comissão Bicameral que irá investigar escândalo de Itaipu

Após intensa pressão da oposição e manifestações nas ruas, incluindo um ato diante da residência do presidente da Câmara dos Deputados do Paraguai, Pedro Allana, foi anunciada, na segunda-feira, a formação da Comissão Bicameral que deve investigar as ações envolvendo o agora anulado acordo firmado entre Bolsonaro e o presidente paraguaio, Abdo Benítez.

Os deputados situacionistas, além de obstruírem a primeira sessão encarregada de debater as proposições de impeachment do presidente e de seu vice, retardavam a formação da comissão com o esquema de não indicarem os componentes que lhes cabiam.

A Comissão Bicameral será integrada pelos deputados opositores Fernando Oreggioni (PLRA), Katty González (PEN) e Sergio Rojas (PLRA) e situacionistas, Colym Soroka (ANR), Justo Zacarías Irún (ANR). Os senadores que conformarão a comissão são: Rodolfo Friedmann (ANR), Antonio Barrios (ANR), Abel González (PLRA), Eusebio Ramón Ayala (PLRA) e Miguel Fulgencio Rodríguez (Frente Guasú). O partido do ex-presidente Horacio Cartes, "Honor Colorado", abriu mão de indicar representantes.

Os deputados paraguaios que ainda dão respaldo ao presidente Abdo Benítez e a seu vice, Hugo Velázquez, retiraram-se do plenário da Câmara na quarta-feira, dia 7, para forçar o adiamento de uma sessão extraordinária na qual estava prevista a discussão do impeachment (que lá designam de 'Juicio Político') dos dois chefes de governo.

Os dois estão diretamente implicados nas escandalosas e nebulosas negociações envolvendo uma secreta ata normativa sobre a Hidrelétrica de Itaipu, que chegou a ser firmada por Benítez e Bolsonaro, mas logo anulada depois de denunciada pelo presidente da empresa paraguaia de energia elétrica, a ANDE, como "tração à pátria" e "extorsão financeira".

Dos 80 parlamentares, 39 ficaram em plenário. A sessão foi então suspensa pelo presidente Pedro Allana.

Na pauta da sessão havia duas moções, a primeira entregue pelos deputados do Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA), pedindo o julgamento do presidente e de seu vice e a segunda trazida pelos parlamentares do partido Pátria Querida (PQ) pedindo que o julgado seja apenas o vice, Velázquez.

Com a obstrução, houve risco do parlamento ficar em suspenso. Isso só não aconteceu porque se chegou a um acordo com base em uma proposta do presidente, definindo que as propostas de julgamento dos governantes paraguaios serão recebidas pela Comissão de Assuntos Constitucionais e que o assunto não seria trazido a plenário nas sessões seguintes, ordinárias.

Apesar do acordo, a tensão tem se elevado no país e no próprio parlamento. Na mesma noite, a casa do presidente da Câmara foi cercada por cidadãos revoltados que afixaram cartazes nos muros da residência com dizeres como: "Fora com os vende-pátria. Não os queremos mais. Julgamento Político Já!".

Na sessão do dia seguinte, quinta-feira, essa tensão veio à tona em um bate-boca entre a deputada Katty González (Partido Encuentro Nacional, PEN) – que havia clamado os paraguaios a tomarem as ruas contra os corruptos do governo – e o deputado governista Sarmaniego.

Ao tomar a palavra Katty foi interrompida pelo deputado e revidou: "Já sei. O senhor não gosta que falemos de corrupção" e, voltando-se para o presidente da sessão: "É um mal-educado, esse senhor. Se acredita que, porque se faz de detratador, vai me fazer tremer, está equivocado. Porque tem esse ar de prepotente e afeito a maltratar e agredir, aqui não vai me maltratar".

A seguir, voltando-se para o deputado que a havia interrompido, lhe recordou que ele havia agredido, no mês de junho, ao senador Jorge Querey, da Frente Guasu e pondo-se de pé, desafiou: "Venha se tem coragem!".

O que os parlamentares e os chefes de governo não estão conseguindo deter, é a investigação que corre na Procuradoria Geral.

### NOVAS MENSAGENS, NOVAS DENÚNCIAS

Na quarta-feira, o ex-presidente da ANDE, Pedro Ferreira, apresentou novas denúncias à Procuradoria, através de seu advogado, Jorge Bogarín. Mais cópias de mensagens de seu celular, desta vez implicando sua assessora na trama para beneficiar a empresa Léros, denunciada como ligada a interesses da família Bolsonaro. A assessora da Presidência da ANDE, Carmen Velázquez, que é irmã do vice-presidente, Hugo Velázquez, teria tentado impedir Ferreira de ir a um evento onde este – já com a posição formada de oposição à ata, em especial à exclusão do item 6 (exclusão que teria como objetivo garantir à Léros a primazia na venda de energia excedente do Paraguai no Brasil) – estava decidido a interpelar o presidente.

Em mensagem, cuja cópia foi entregue pelo advogado de Ferreira, Carmen diz a ele que não poderia, no dia 24 de maio pela manhã, se encontrar com o presidente Benítez, que naquele horário estaria visitando a construção de uma interconexão com uma subestação, enquanto que Ferreira estava convidado a dar uma palestra em outro local, no mesmo horário.

Ferreira diz que atuou para desmarcar os compromissos agendados e insistidos por Carmem, para ir ao encontro do presidente, horas antes da assinatura da ata. Lá, disse Ferreira, teria perguntado ao presidente Benítez se ele estava inteirado da exclusão do item 6.

Ainda segundo Ferreira, o presidente lhe teria dito que não sabia nada a respeito e, então, Ferreira o teria alertado para o problema.

Mesmo assim, a ata – agora anulada – foi firmada nos termos que se estava combinando com a participação de lobistas (pelo Brasil o suplente de senador, Alexandre Giordano, do partido de Bolsonaro, o PSL e pelo Paraguai, o advogado Joselo Rodríguez, que se apresentava como assessor do vice-presidente paraguaio, Velázquez).

NATHANIEL BRAIA

# Argentinos dizem não a Macri nas eleições primárias por 49% a 33%



Alberto Fernández e Cristina Kirchner: ampla aliança contra a devastação macrista

## Papa alerta para "discursos que lembram Hitler e levam a guerras"

"Estou preocupado porque se escuta discursos similares aos de Hitler, de 1934", alertou o papa Francisco em entrevista concedida, no dia 9, ao jornalista Domenico Agasso, publicada no jornal italiano La Stampa.

O papa denunciou o que chamou de "soberanismo", o mau uso, demagógico, da identidade nacional: "O soberanismo é uma atitude de isolamento. Estou preocupado porque se escuta discursos similares aos de Hitler de 1934. Em primeiro lugar, nós, nós... nós... São pensamentos que dão medo. O soberanismo é clausura. Um país deve ser soberano, mas não fechado. Devemos promover as relações com os outros países; enquanto que o soberanismo é um exagero que termina mal sempre: leva às guerras.

No mesmo sentido, o papa criticou o que chamou de "populismo", que também é a má utilização e a demagogia em torno dos interesses populares: "O populismo é um mal, uma coisa é a cultura do povo, uma coisa é que o povo se exprima; outra coisa é impor ao povo uma atitude populista. O povo é soberano, tem seu modo de pensar; de se exprimir, de sentir, de se valorizar; enquanto que o populismo e o soberanismo são o contrário disso, abafam isso".

Diante da questão sobre qual o desafio principal que se coloca diante da Europa e dos povos em geral, o papa esclareceu que "o desafio principal é sobretudo o diá-



Papa Francisco em Roma, na Piazza San Pietro

logo. Entre as partes, entre as pessoas, deve-se falar, conhecer, confrontar, de tal forma que o ponto de partida são os valores humanos. Ao invés disso se vê, muitas vezes, o compromisso somente com monólogos".

"Para que o diálogo tenha sucesso cada qual deve partir da própria identidade", prosseguiu, "a identidade não se negocia, se integra. Valorizar a identidade sim, mas em que medida?"

"Quando isso leva a um fechamento nessa identidade, isso leva ao extremismo. Entendemos que cada país tem sua própria identidade, uma riqueza cultural, nacional, artística, histórica, mas que deve se integrar com as demais através do diálogo".

Francisco se contrapôs ao fechamento europeu diante da tragédia que se traduziu em uma migração em massa da África e do Oriente Médio: "Com relação aos imigrantes, é cada vez mais necessário se refletir sobre o direito mais importante de todos: que é à vida. Os imigrantes chegam sobretudo para fugir da guerra ou da fome, vêm do Orien-

## Iêmen: luta entre facções pró-EUA chega a palácio. Forças que atuam sob controle saudita perdem Aden

A facção separatista do Sul do Iêmen, que é bancada pela monarquia da União dos Emirados Árabes (UEA), tomou o palácio do governo na cidade de Aden e, segundo fontes locais, tomou a cidade portuária. Era de lá que despachava o governo fantoche de Abdurabbuh Mansour al Hadi, bancado pela Arábia Saudita.

Ambas as monarquias recebem treinamento e compram armamento dos Estados Unidos. Desde 2015, as monarquias tentam depor o governo revolucionário iemenita, que conta com amplo apoio popular, recorrendo a métodos genocidas (bloqueio de víveres e bombardeio a alvos civis, incluindo infraestrutura). O morticínio de civis iemenitas – que é considerado o maior do século 21 – foi condenado pelo Congresso Norte-Americano, que aprovou a suspensão de vendas de armas para as monarquias agressoras, mas a medida foi vetada por Trump, que segue despachando armas no valor de bilhões de dólares para os Sauditas e a UEA.

Hadi, que fugiu do país para a capital saudita, Riad, logo depois de sua deposição, voltou junto com as forças

sauditas para a segunda maior cidade, Aden, uma vez que estas forças não conseguiram avançar sobre a capital iemenita, Sana'a.

A monarquia de Abu Dhabi (UAE), que vinha anunciando que iria formar um país separado ao sul do Iêmen, tem dado declarações mais recentes de que pretendia se retirar da coalizão com os sauditas por considerar "a guerra impossível de vencer".

Acontece que se seus aliados logram dominar a região sul do Iêmen, os xeques de Abu Dhabi, podem expandir seu poder, ganhando o controle de passagens marítimas estratégicas ao sul da Península Arábica.

Milhares de residentes de Aden já fugiram em meio aos confrontos que começaram na quarta-feira. A informe da morte de 7 civis como consequência dos confrontos.

A tomada da capital pelos separatistas do Sul, começou quando um funeral de um comandante de suas forças, morto em combate com os revolucionários iemenitas, atravessou a cidade. Os paramilitares ali presentes, cuja força é denominada Cinto de Segurança, acusaram os sauditas de ataque ao funeral e tomaram posições importantes em Aden, inclusive a colina Jebel Hadid, de

te Médio e da África. Contra a guerra, devemos nos empenhar e lutar pela paz. A fome lembra principalmente a África. O continente africano é vítima de uma maldição cruel: é visto como fonte de aproveitamento. Mas a realidade é o contrário, agora se coloca que uma parte da solução é o investimento, é a ajuda para que resolva seus problemas e assim se feche esse fluxo migratório".

O papa anuncia um Sínodo onde o tema da Amazônia, assim como o da ecologia e sobrevivência da vida no Planeta serão debatidos.

"A ameaça à salvaguarda da Amazônia, à vida das populações deriva dos interesses econômicos e políticos dos setores dominantes da sociedade", denuncia.

Ele concluiu destacando que "na política se deve eliminar a convivência com os interesses próprios e com a corrupção. Devem ser assumidas responsabilidades concretas, por exemplo, sobre o tema da mineração a céu aberto que envenena a água, provocando doenças. Depois há a questão de agrotóxicos".

"A partir de amanhã todos vamos trabalhar por uma nova Argentina, um país que todos merecemos", afirmou Alberto Fernández que encabeçou a chapa de oposição vitoriosa nas primárias

A chapa de oposição composta pelos peronistas Alberto Fernández e Cristina Kirchner teve uma vitória arrasadora sobre o arrocho e desemprego de Macri nas eleições Primárias, Abertas, Simultâneas e Obrigatórias (PASO) realizadas no domingo, 11, com uma percentagem de 49,2% contra 33,1%, 16 pontos de diferença.

A derrota do presidente que se orgulha de sua amizade com Jair Bolsonaro ocorre em um momento em que aumentam os protestos nas ruas argentinas contra o desemprego, as demissões, a pobreza e a fome provocados pelo seu governo.

As PASO foram criadas pelo ex-presidente Néstor Kirchner em 2009. Nas Primárias se definem basicamente duas questões: quais partidos estão habilitados a disputar as eleições nacionais, que segundo a lei são aqueles que obtenham pelo menos 1,5% dos votos. E também fica definida a chapa que representará a cada partido político.

"A amplitude do resultado, que não tinha sido apontado por nenhuma pesquisa, coloca o candidato presidencial da Frente de Todos como um quase seguro vencedor no primeiro turno das eleições de 27 de outubro se não acontecer alguma catástrofe", assinalou o jornal Página 12.

O candidato Alberto Fernández, que foi chefe de Gabinete nos governos de Néstor Kirchner e de Cristina, agradeceu sua companhia de chapa, a quem destacou por sua generosidade e sua capacidade de estadista; assim como por seu compromisso com a unidade do peronismo, comportamento chave para a vitória. "A partir de amanhã todos vamos trabalhar por uma nova Argentina, vamos fazer um país que todos merecemos", afirmou.

"Na Argentina devemos estar unidos e integrados. Não podemos viver felizes sabendo que há crianças com fome", assinalou e se comprometeu a terminar com a pobreza recuperando as fábricas fechadas e a produção. Denunciou a situação dos aposentados sublinhando que têm direito a estar protegidos e isso é dever do Estado.

"A Argentina escutou que nos importa a educação pública e que as escolas têm que estar de pé para ensinar aos nossos filhos, que nos interessa a universidade pública e queremos continuar semeando universidades ao longo do país para que em qualquer canto da Pátria a garotada possa estudar; a mensagem que dizia que as pequenas e médias empresas que investem e criam trabalho devem ser atendidas, cuidadas e respaldadas pelo Estado, que dizia que nunca acreditamos que a melhor forma de progre-

dir era tirar-lhe os direitos aos que trabalham", concluiu ao agradecer aos eleitores.

Desde Santa Cruz, no sul da Argentina, onde votou, a candidata a vice Cristina Fernández de Kirchner enviou uma mensagem sobre a importância de ampliar a unidade que tinha sido conquistada e de manter-se todos juntos, depois de 27 de outubro.

"Longe de só ficarmos felizes pela vitória, estamos pensando na responsabilidade para enfrentar tudo isso a partir de agora", disse Cristina Kirchner ao saber da vitória – Walter Díaz – Telam

E ressaltou a responsabilidade que terão todos para afrontar as novas e complicadas situações. "Estamos absolutamente conscientes da difícil situação que está atravessando a Argentina. Longe de só ficarmos felizes pela vitória, estamos pensando na responsabilidade para enfrentar tudo isso a partir de agora".

Quatro horas depois de serem fechadas as urnas, sem que houvesse nenhum resultado oficial, o presidente Mauricio Macri chegou à sede de sua campanha e disse: "Tivemos uma eleição ruim". Isso quando ainda não havia os números do Centro de Cómputos.

Mas havia os do Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina, Indec, que recentemente divulgou pesquisa mostrando que no primeiro trimestre de 2019 a pobreza no país atingiu 34,1% e a indigência chegou a 7,1% da população. No primeiro trimestre do ano passado, o índice indicava 25,5% dos argentinos em situação de pobreza.

Incentivados pela crise, a participação dos eleitores superou as PASO de 2015: 75,85% dos cidadãos habilitados para votar foram às urnas para marcar um primeiro ponto no esquema eleitoral que ficará definido em outubro. Com os resultados de domingo, 11, a chance de um segundo turno parece descartada, segundo todos os observadores.

Mas a derrota à política do governo não marcou só as Primárias nacionais. Como expressou o jornal Página 12, "a surra, estendida praticamente por todo o país, também atingiu a província de Buenos Aires, onde Axel Kicillof inclusive superou por maior percentagem a governadora María Eugenia Vidal: 49,2% a 32,7%".

A província de Buenos Aires é o distrito de maior peso eleitoral do país que concentra quase 38% dos votantes. Lá, os candidatos a governador e vice da Frente para Todos, o ex-ministro de Economia, Axel Kicillof, e Verónica Magario, prefeita da cidade de La Matanza, foram decisivos para esse resultado na eleição.

SUSANA LISCHINSKY

## Manifestações na Índia repudiam a retirada de autonomia da Caxemira

Forças militares reprimiram uma manifestação de protesto contra decisão do governo de Modi de retirar autonomia da região da Caxemira garantida pela Constituição da Índia desde sua fundação em 1947. O protesto aconteceu na capital, Srinagar, no dia 9.

No dia 5 de agosto foi anunciado o fim da autonomia da Caxemira, com a supressão do artigo 370 da Constituição da Índia, assim como do parágrafo 35A, que normatizava essa autonomia, criando o governo local e seu parlamento.

Segundo o governo da Índia, a mudança se deveria a tensões exacerbadas com um atentado realizado no dia 14 de fevereiro quando morreram 44 militares indianos que se dirigiam em comboio para a capital da Caxemira, Srinagar. A ação foi reivindicada por um grupo separatista denominado Jaish-e-Mohammad.

Já lideranças caxemires repudiaram a medida. A dirigente do Partido Democrático do Povo e ex-dirigente da região, Mehbooba Mufti, classificou a medida de "ilegal e unilateral" e o dia 5 de agosto como "o dia mais escuro para a democracia da Índia".

O presidente Narendra

Modi, esperou pelo resultado das eleições que ao final de maio lhe deram a vitória, além de uma bancada com 56% de integrantes de seu partido no parlamento de seu país, para tomar a medida que classifica de "necessária para combater o terrorismo e o separatismo".

Desde o dia da decretação do fim da autonomia, mais de 500 lideranças locais já foram presas e foi determinado toque de recolher assim como as conexões via telecomunicação foram interrompidas.

Houve manifestações de protesto na capital, Nova Delhi, e em outras cidades indianas em solidariedade ao povo da Caxemira, de maioria muçulmana, e em protesto à medida do governo. A manifestação na capital da Índia foi convocada pela central sindical Conselho Central dos Sindicatos de Toda a Índia (AICCTU).

O Partido do Congresso, que já governou a Índia e é a segunda força política no país, assim como outros partidos, como o Partido Comunista da Índia (Marxista-Leninista) condenaram a medida como discriminação contra as etnias minoritárias que compõem o país.

Leia matéria completa em: [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

# Polícia de Trump cerca fábricas e prende 680 operários imigrantes



Polícia de Imigração entra nos locais de trabalho e prende imigrantes

## FMI desmente acusação dos EUA: a China não manipulou o yuan

Quatro dias após o Departamento do Tesouro dos EUA classificar a China como “manipuladora da moeda”, relatório do FMI desmentiu a acusação, comprovando que a cotação do yuan esteve “amplamente em linha com os fundamentos a médio termo” e assinalando ainda que o superávit chinês em conta corrente em 2018 “caiu cerca de um ponto percentual”, para 0,4% do PIB, patamar que deverá se repetir este ano.

De acordo com o relatório do FMI, embora o yuan aja se depreciado contra o dólar relativamente rápido de meio de junho ao início de agosto no ano passado, a moeda chinesa esteve “amplamente estável” contra uma cesta de moedas. O FMI acrescentou que a autoridade monetária chinesa tomou medidas naquele período para conter a pressão pela depreciação, inclusive ajustes contracíclicos.

Para analistas chineses, o principal fator que impulsionou a recente depreciação foi uma “reação normal de mercado” em decorrência das preocupações dos investidores diante da ameaça de Washington de tarifa adicional de 10% sobre US\$ 300 bilhões em importações chinesas a partir de 1º de setembro.

O próprio Trump havia se encarregado de ecoar a investida do Departamento do Tesouro, em tuitada que dizia “a China reduziu o preço de sua moeda perto de uma baixa histórica. Isso é chamado de manipulação de moeda. Federal Reserve, você está ouvindo?”

O secretário do Tesouro, Steve Mnuchin, também anunciou que iria ao FMI para “eliminar a vantagem competitiva injusta criada pelas últimas ações da China”, “UNILATERALISMO”

A acusação de Washington foi repelida pela Rádio Internacional da China, que a considerou um “ato imprudente de unilateralismo” que “prejudicará seriamente” a ordem internacional.

A cobrança de Trump ao Fed, para que corte as minúsculas taxas de juros para reduzir o valor do dólar – além de insuflar a bolha de Wall Street –, tem como implicação, segundo analistas, a passagem da guerra comercial à guerra cambial.

A tuitada de Trump se seguiu após a cotação da moeda chinesa ultrapassar pela primeira vez a barreira dos 7 yuans por dólar em mais de uma década.

Como comentou com ironia um veterano analista próximo ao ministério do Comércio chinês, Mei Xinyu, “os EUA rotularam a China como manipuladora de moedas na segunda-feira porque o



Xinhua: “EUA politizam a taxa de câmbio contra a China”

banco central da China não interveio e defendeu a moeda chinesa [dos especuladores que apostavam na desvalorização], que interessante!”

Só no período de 2015-2016, o BC chinês gastou US\$ 1 trilhão em reservas cambiais, um valor astronômico, para manter o valor do yuan, quando a moeda estava sob pressão de depreciação, mas nem por isso na época Washington denunciou a ‘manipulação da moeda’, já que atendia a seus próprios interesses.

A declaração de Mnuchin foi rebatida no mesmo dia pelo governador do BC chinês, Yi Gang, que enfatizou o compromisso de Pequim de não recorrer à depreciação do yuan para fins competitivos, nem usar a moeda como uma ferramenta para lidar com distúrbios externos, como o conflito comercial. A China “vai se ater a um sistema de câmbio determinado pelo mercado”, asseverou Yi.

Outra refutação é do Bank for International Settlements (BIS), também conhecido como o BC dos BCs, segundo o qual do início de 2005 a junho de 2019, a taxa de câmbio efetiva nominal do yuan valorizou 38% e a taxa de câmbio real efetiva 47%, tornando-se a moeda mais forte entre as economias do G20 e uma das moedas de maior valorização do mundo.

A agência de notícias chinesa Xinhua denunciou que os EUA “sem rodeios politiza a questão da taxa de câmbio e descaradamente usa táticas de intimidação contra a China mais uma vez” e reiterou que Pequim tem trabalhado para manter a taxa de câmbio “basicamente estável, razoável e equilibrada” com referência a uma cesta de moedas.

Em entrevista ao Global Times, jornal da China em língua inglesa, Yu Yongding, membro sênior da Academia Chinesa de Ciências Sociais, repeliu a acusação de “manipulação”.

Como assinalou Yu, o Tesouro dos EUA considera “três critérios” na definição de manipulação

da moeda: “intervenção persistente e unilateral nos mercados de câmbio, superávits comerciais bilaterais significativos com os EUA e superávits em conta corrente relevantes”.

A China – destacou – atende “apenas ao critério de superávit comercial e não se enquadra nos outros dois critérios”. Por suas próprias regras, os EUA não deveriam ter designado a China como ‘manipuladora da moeda’.

O acadêmico apontou que a oscilação do yuan maior do que o usual em relação ao dólar americano “ocorreu apenas em um único dia” e no mundo inteiro “flutuação de tal magnitude não é nada incomum”.

### FALÁCIA

Yu destacou que se mover um pouco a cotação da moeda equivale à “manipulação”, então o mundo inteiro supostamente está “manipulando” moedas. O iene japonês e won sul-coreano, assinalou, passaram por flutuações “muito mais selvagens” do que as do yuan. “A lira turca uma vez desvalorizou cerca de 46% nos primeiros oito meses de 2018” e as moedas dos países latino-americanos “também passaram por grandes movimentos nos dois sentidos”, apontou.

O acadêmico chinês lembrou o gasto fabuloso das reservas da China para manter o valor do yuan entre 2015 e 2016. Agora – sublinhou Yu –, “quando o yuan está desvalorizado e o banco central da China não conseguiu intervir para sustentar a taxa de câmbio do yuan, o governo dos EUA acusou a China de ‘manipulação cambial’”.

Para Yu, o que desencadeou a desvalorização foi o “crescente pessimismo do mercado”, o que considerou ser “provavelmente” resultado da ameaça de Trump de impor tarifas adicionais de 10% sobre as exportações chinesas no valor de US\$ 300 bilhões.

ANTONIO PIMENTA

Leia a matéria completa em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)



John Pilger em Ato público por Assange  
**Pilger: ‘Assange está sendo tratado pior que um assassino’**

O cineasta e jornalista John Pilger denunciou que o fundador do WikiLeaks, Julian Assange, está sendo “tratado pior que um assassino” na prisão de Belmarsh, em Londres.

Após visitá-lo recentemente, Pilger, que é australiano como Assange, advertiu sobre a “deterioração” da saúde dele na penitenciária que é tida como a ‘Guantánamo britânica’.

Pilger disse temer por Assange. “Ele está isolado, sob remédios e lhe negam as ferramentas para combater as acusações falsas de uma extradição dos EUA. Eu agora temo por ele. Não se esqueçam dele”, tuitou Pilger.

Em um desenvolvimento favorável a Assange, um tribunal dos EUA rejeitou processo civil do Comitê Nacional Democrata (DNC), que o acusava de “conspirar” com a Rússia no caso dos e-mails vazados das manobras na cúpula do partido para dar a vitória a Hillary Clinton, em detrimento de Bernie Sanders.

A sentença do juiz John Koeltl, do Tribunal Distrital do Distrito Sul de Nova York, rechaçou as acusações de que Assange “conspirou” com a Rússia contra a eleição de Hillary Clinton, reconhecendo seu status como jornalista e editor e rechaçou a alegação de que a publicação pelo WikiLeaks em 2016 dos e-mails vazados era “ilegal”.

Sentença que sofreu um apagão quase completo na maior parte da mídia norte-americana e internacionalmente.

Uma conveniência que se presta a justificar as calúnias assacadas contra Assange com o objetivo de justificar a perseguição desencadeada contra ele por expor os crimes de guerra e as conspirações sob fachada ‘diplomática’ dos EUA, além do grampo em massa do planeta inteiro, o que o coloca sob ameaça de 175 anos de cadeia.

A decisão do Juiz Koeltl atrapalha o empenho do regime Trump para condenar Assange à prisão perpétua em um cárcere norte-americano pelo “crime” de publicar a verdade. “Se o WikiLeaks pudesse ser responsabilizado por publicar documentos sobre as estratégias políticas, financeiras e de envolvimento dos eleitores do DNC simplesmente porque o DNC os rotula como ‘secretos’ e segredos comerciais, então qualquer jornal ou outro meio de comunicação também poderia”, afirmou o magistrado, no que reafirma o princípio estabelecido desde a legitimação dos Papéis do Pentágono na época da Guerra do Vietnã.

Decidir de outra forma corresponderia, como assinalou o juiz, a “substituir a primeira emenda” de proteção à liberdade de imprensa assegurada pela Constituição dos EUA.

Pela sentença, a divulgação dos e-mails do DNC, juntamente com a publicação dos discursos secretos de Hillary aos bancos de Wall Street, foram “assuntos de maior interesse público”. “Permitiram que o eleitorado americano olhasse atrás da cortina um dos dois principais partidos políticos nos Estados Unidos durante uma eleição presidencial”, assinalou.

Daily Mail

Segundo Trump, Epstein era “um cara ótimo”

EUA: bilionário pedófilo é encontrado morto na prisão

Jeffrey Epstein, magnata norte-americano acusado e preso por tráfico sexual e por abuso de menores, foi encontrado morto em sua cela, na prisão de segurança máxima Manhattan MCC, em aparente suicídio, no sábado, 10.

O pedófilo, que desde 2008 estava listado como “infrator”, em Nova York, mantinha relações próximas com destacadas figuras políticas dos Estados Unidos, entre elas o casal Clinton e o presidente Trump.

Segundo a acusação, Epstein convidava menores – algumas com menos de 14 anos – a suas mansões em Manhattan e Palm Beach, Flórida, onde havia sessões de “massagem”, como denomina o New York Times e outros jornais, as atividades sexuais com as menores.

O magnata, cujo processo está em curso, que negou os crimes, enfrentaria uma pena de 45 anos de prisão no caso de ser considerado culpado.

Em 25 de julho passado, depois ter negado a sua liberdade sob fiança, o bilionário foi encontrado incons-

ciente com marcas no pescoço, por isso as autoridades penitenciárias já investigavam uma possível tentativa de suicídio.

Rapidamente surgiram questionamentos sobre como foi possível que Epstein pudesse tirar a vida apesar de informes de que estava sob vigilância após o primeiro atentado contra sua vida. “Necessitamos respostas, muitas”, assinalou a deputada de Nova Iorque, Alexandria Ocasio-Cortez, exigindo mais informações sobre as atividades criminosas do falecido.

O acusado administrava a empresa J Epstein and Co., que especulava com recursos de clientes que valiam mais de US\$ 1 bilhão.

“Conheço Jeff há 15 anos. É um cara ótimo. É divertido estar com ele. Dizem que ele gosta de mulheres bonitas tanto quanto eu, mas muitas delas são mais jovens. Não há dúvidas, Jeffrey aproveitava sua vida social”, disse o presidente Donald Trump à revista “New Yorker”, em 2002. Nunca se retratou da afirmação.

Os trabalhadores foram algemados e postos em ônibus com destino à base da Guarda Nacional do Mississippi em Flowood, onde, conforme relatos de imprensa seriam amontoados em um hangar

Ao cercar sete fábricas de processamento de aves no Mississippi, com 650 agentes da Imigração, inclusive equipes fortemente armadas, e deter 680 supostos ilegais na quarta-feira (7), o regime Trump demonstrou que não vão ser dois ou três massacres de mexicanos por atiradores que insuflou em um fim de semana que o vão afastar da linha de campanha para reeleição xenófoba e racista do “send them back” (“enviem eles de volta”).

Foram capturados, segundo oficiais da Gestapo de Trump, todos os que não puderam comprovar que estavam legalmente nos EUA e que serão processados para deportação. Quase todos os detidos são latinos. Essas fábricas são de propriedade de duas grandes empresas de processamento de alimentos, a Koch Foods Inc e a Peco Foods, e se localizam em seis pequenas cidades no entorno de Jackson, a capital do estado.

Os trabalhadores foram algemados e embarcados em ônibus com destino à base da Guarda Nacional do Mississippi em Flowood, onde, conforme relatos da imprensa norte-americana, seriam amontoados em um hangar de aviões.

“Solte-os, solte-os”, bradaram cerca de 70 familiares, amigos e outros residentes que testemunharam a detenção diante da fábrica da Koch em Monton. Só ali foram três ônibus lotados de candidatos à deportação.

Comparando o total de agentes envolvidos na incursão, 650, e os apreendidos, 680, dá quase uma razão de um para um. Tudo para reforçar a boca de urna de Trump à custa do sofrimento de 650 trabalhadores, que trabalham em um dos mais mal pagos, extenuantes e insalubres empregos: as fábricas de abate e processamento de frangos.

Em um ano, o número de investidas contra locais de trabalho executadas pelos agentes da imigração quadruplicou, de 1691 em 2017, para 6.848 em 2018. As detenções no local

## “Violência armada nos EUA” faz Anistia Internacional emitir alerta de viagem

Depois de dois massacres seguidos nos Estados Unidos, o primeiro no sábado (3) em El Paso (Texas) com 22 mortos a tiros e o segundo, no domingo (4) em Dayton (Ohio), com 9 mortos – a Anistia Internacional (AI) lançou na quarta-feira (7) um aviso de viagem recomendando cautela aos visitantes do país.

A Anistia justificou a emissão do aviso pela “desenfreada violência armada, que se tornou tão predominante nos Estados Unidos que equivale a uma crise de direitos humanos”.

Inspirado nos alertas de viagem emitidos pelo Departamento de Estado dos EUA e por outros governos, o alerta da AI aconselha aqueles que estão indo para o país a serem “extremamente vigilantes em todos os momentos” e terem cuidado “com a onipresença de armas de fogo entre a população”.

O texto recomenda evitar lugares onde há aglomeração de pessoas, especialmente eventos culturais, locais de culto, escolas e shopping centers. Também aconselha a “exercitar extrema cautela ao visitar bares, casas noturnas e cassinos locais”.

A AI também afirma que o governo dos EUA “reluta em garantir a proteção contra a violência armada” e apesar de ser obrigado, de acordo com a lei internacional de direitos humanos, a implementar medidas para

de trabalho tiveram um aumento de 650% desde 2016, segundo a revista Newsweek.

Indagado por repórteres sobre o que aconteceria com os trabalhadores que têm filhos nos Estados Unidos, o diretor interino da Imigração, Matthew Albence, candidamente explicou que as prisões levariam a separações familiares como parte do “funcionamento normal” do sistema de justiça criminal, e que o governo não buscava separar pais e filhos. Ele explicou que as crianças afetadas seriam colocadas com outros membros da família e, em casos excepcionais, os pais poderiam ser soltos com uso de tornozeleiras.

Em uma investida anterior no Tennessee, um dia depois que 100 trabalhadores foram detidos pela imigração, 500 crianças não foram à escola. O que dá uma ideia de como essas crianças são afetadas.

No condado de Scott, onde ficam Morton e a vizinha cidade de Sebastopol, o superintendente escolar Tony McGee relatou à imprensa que havia pais detidos desde alunos do jardim da infância até o ensino secundário. Ele acrescentou que os motoristas dos ônibus escolares haviam sido orientados a trazer as crianças de volta à escola se não houvesse ninguém em casa para recebê-las.

Antes de voar para El Paso, Trump se mostrou muito modesto quanto à eficácia das mensagens de ódio, racismo e xenofobia que dissemina pelas redes sociais, no estado de ânimo de certa escória da sociedade norte-americana. “Acho que minha retórica aproxima as pessoas... Nosso país está indo muito bem”.

Apesar de toda a virulência de Trump, em matéria de deportação de imigrantes ainda vai ter de se esfalfar muito para superar o recordista Barack Obama que, simpático e sorridente, chegou a 400 mil em um ano – contra os 256 mil do presidente bilionário no ano passado.

regular o acesso a armas de fogo para proteger os direitos da população.

A Anistia alerta que dependendo do país de origem ou antecedente étnico do viajante “pode haver um risco maior de ser alvo de violência com arma de fogo”.

A advertência – incomum – da Anistia Internacional foi decidida após o fuzilamento de 31 pessoas no fim de semana em El Paso e Dayton. Oito mexicanos morreram em El Paso. Em ambos massacres 67 pessoas ficaram feridas – 26 em El Paso e 41 em Dayton. O preso pelo primeiro ataque, identificado como Patrick Crusius, morador da cidade de Dallas, de 21 anos, postou na internet lucubração sobre impedir a “invasão hispânica” pouco antes de perpetrar o morticínio.

A violência com armas de fogo nos EUA resultou na morte de 8.928 pessoas somente em 2019, de acordo com a organização não governamental americana Gun Violence Archive. A cifra inclui 398 crianças menores de 12 anos.

Manifestantes foram às ruas em El Paso e Dayton durante a visita do presidente Trump às duas cidades na quarta-feira. Em El Paso a população mostrou cartazes com “Trump não é bem-vindo” e condenou a retórica racista e anti-imigração do presidente como fator que contribui para alastrar a violência.

# Venda da Embraer à Boeing é crime contra o Brasil, alerta engenheiro do ITA - (2)

Continuação da edição anterior

Essa é a empresa que está sendo vendida – e vendida a uma das concorrentes que foram batidas por ela no mercado

SÉRGIO CRUZ

“Assim como a geração inicial do Embraer 190 195 expulsou do mercado o Boeing 717, Boeing 737 600NG e Airbus 318, esta nova geração do Embraer 190 195 E2 está expulsando do mercado os modelos da nova geração A319NEO e Boeing 737 700MAX.”

A razão para a superioridade da Embraer, diz o professor Farias da Rocha, é técnica.

“Cada modelo de aeronave da Embraer tem uma asa completamente nova, tornando a aeronave muito eficiente. Todos os modelos da Geração Boeing 737NG e Boeing 737MAX utilizam a mesma asa, desenvolvida para a geração NG.

“A diferença técnica entre os modelos [da Boeing] ocorre apenas no comprimento da fuselagem e no empuxo do motor. Evidente que os modelos menores são muito pesados e ineficientes, considerando a quantidade de passageiros transportada. Os modelos canadenses CS100 e CS300, redenominados Airbus 220 100 e Airbus 220 300, também utilizam a mesma asa”.

Deve ser considerado que a lucratividade média das empresas aéreas está situada em torno dos 3%, portanto, qualquer ineficiência de projeto torna a operação do modelo não lucrativa.

Essa realidade crua dos números pode ser constatada pelas quantidades comercializadas.

A Embraer executa um sério e pesado “dever de casa”.

As modificações da família 175 190 e 195 E2, em relação à família anterior, incluem:

a) 3 asas diferentes, o que implica em 6 asas completas para ensaios estáticos destrutivos e ensaios de fadiga (2 ou 3 anos de duração), novos desenhos e processos, 3 campanhas de ensaios em voo;

b) novo software de fly by wire (sistema de regulação automática de superfície das asas), resultando em redução do tamanho da “asa traseira”;

c) Novos trens de pouso, mais compridos, para acomodar motor com maior diâmetro do “fan”, implicando em novos ensaios de impacto, desenhos e processos.

**Trabalho duro revertido em valor para o cliente**

Mesmo com todo esse esforço de engenharia e produção, as aeronaves da Embraer são vendidas a um preço bem menor que as concorrentes.

O programa dos modelos canadenses CS100 e CS300 já acumula um custo de US\$ 6 bilhões,



o que força o preço de venda para cima, visando aumentar a margem de lucro.

Em resumo, os modelos Embraer 170 190 e 195E2 apresentam melhor projeto, o que resulta em baixo custo operacional, modelos otimizados para cada segmento de mercado, já apresentam vendas expressivas e são comercializados a preços significativamente menores.

Não há o que temer em relação ao sucesso dessa linha de produtos.

**Síntese – Desconstruir a afirmação que a Embraer produz “Aeronaves Regionais”.**

A quantidade de assentos e alcance atesta a concorrência direta de produtos da Embraer com a Boeing, Airbus e Bombardier.

A quantidade de vendas atesta a ampla superioridade da Embraer.

O modelo EMB 190/195 expulsou do mercado os modelos Airbus 318, Boeing 717 e Boeing 737 600NG, todos com produção encerrada.

Essa é a empresa que está sendo vendida – e vendida a uma das concorrentes que foram batidas por ela no mercado.

Veremos, agora, as irregularidades no processo de entrega da Embraer à Boeing.

**PRIMEIRA IRREGULARIDADE RELEVANTE APONTADA POR WAGNER ROCHA**

“Não se trata de constituição de Joint Venture, mas de transferência dos principais ativos para controle da concorrência”.

Nós vamos aqui elucidar com dados que a Boeing é concorrente da Embraer e que o conceito de Joint Venture está relacionado a novos produtos, parcerias, riscos compartilhados – bem como à manutenção da identidade do controle próprio de cada organização.

Nada disso existe nesta operação.

**SEGUNDA IRREGULARIDADE RELEVANTE**

Os comunicados afirmam que a operação tem como escopo a linha de aviação comercial e “contempla os negócios e serviços de aviação comercial

## A Embraer vendeu o dobro da soma das concorrentes

MODELO	ANO	PASSAGEIROS	ALCANCE	VENDIDOS
EMB 190/195	2004	114 – 124	4.200km - 4.600km	717
BOEING 737 600NG	1997	123 – 130	2.500km - 5.500km	69
BOEING 717	1998	117	2.600km - 3.800km	156
AIRBUS A318	2002	117 - 132	5.700km	80
CRJ1000	2010	97 – 104	3.000km	68

**Comparação dos modelos concorrentes – Modelos similares de 1997 a 2010**

MODELO	ANO	PASSAGEIROS	ALCANCE	VENDIDOS
EMB 170/175	2004	78 – 88	4.000km	813
CRJ 700/900	2010	78 – 90	2.500km – 2.800km	825

**Na faixa das aeronaves de 70 a 100 assentos, ocorreu concorrência acirrada entre a Embraer e a Bombardier**

MODELO	ANO	PASSAGEIROS	ALCANCE	VENDIDOS
EMB 175 190 195 E2	2018	90 - 114 – 146	3.800km 4.800km 6.000km	100+50+ 90 =240
BOEING 737 700MAX	2018	172	7.000km	58
AIRBUS A319NEO	2017	160	7000km	56
C SERIES A220	2015	133 – 160	5.700km – 6.100km	402

**Porém, vejamos uma comparação entre modelos concorrentes – aeronaves similares – após 2010:**

**Vendas 240 unidades do modelo E190 195E2, quantidade maior que a soma do Boeing 737 700MAX e Airbus 319NEO. Embraer 195 E2 (abaixo). Foram vendidas 90 aeronaves, quase o dobro da versão da Boeing**



da Embraer”.

Esse comunicado viola o princípio da verdade.

De fato **estão sendo transferidos para a Boeing os recursos centrais de engenharia aeronáutica, aplicáveis a todos os produtos**; a unidade EDE especializada em projeto e produção de trens de pouso, incluindo aqueles aplicáveis a aeronaves executivas e militares; a unidade de Évora onde são produzidos componentes de material composto de alta tecnologia, aplicáveis a aeronaves executivas.

Deve ser considerada a necessidade de correção e reparação dessa grave violação do princípio da verdade, podendo ser estabelecida imediatamente por meio de Termo de Ajustamento de Conduta a ser firmado junto ao Ministério Público.

**TERCEIRA IRREGULARIDADE RELEVANTE**

Uma vez separadas as

partes nobres e vendas para Boeing, o que sobra se constitui numa organização defunta, sem capacidade de: desenvolver novos tipos de aeronaves; desenvolver novos modelos de aeronaves dos tipos já certificados; engenharia de base para suporte em serviço, dependendo da concorrência para conceber boletins de serviço relevantes ou acompanhar análises profundas resultantes de acidentes aeronáuticos; realizar modificações demandadas por clientes específicos; alterar o projeto certificado, visando substituir componentes que tenham sido modificados ou tenham a produção encerrada.

Nada disso será possível, após a venda da Embraer à Boeing.

Evidente que o artifício utilizado para a transferência de controle mantém ainda o CNPJ da Embraer numa organização destruída.

Essa terceira irregularidade relevante coloca em

grave risco o patrimônio dos acionistas da Embraer, sejam as ações em posse do BNDES e ações negociadas na Bolsa de São Paulo ou na Bolsa de Nova Iorque.

As instituições que fiscalizam as bolsas de valores, diz o professor Wagner Farias da Rocha, devem ser alertadas dessa situação; no Brasil, a CVM, e, nos Estados Unidos, a Securities and Exchange Commission (SEC), com a recomendação explícita de emissão de um alerta de risco (risk alert).

**“Em resumo: a operação organizada não se sustenta. Separar as partes fundamentais de uma empresa, vender para a concorrente, deixar ainda existindo uma empresa sem meios, confundir com afirmações que se trata de associação e afirmar que os negócios da aviação militar e executiva terão continuidade”.**

**GRAVE QUESTIONAMENTO**

“O administrador da

**A Embraer vendeu mais de seu modelo E190 195E2 do que a soma das vendas das aeronaves similares, produzidas pela Boeing (Boeing 737 700MAX) e a Airbus (Airbus A319NEO)**

Embraer tem poderes legais para celebrar um Memorando de Entendimento com uma empresa concorrente?

“Um Memorando de Entendimento que prevê a transferência dos ativos principais da empresa, tornando o CNPJ restante uma empresa defunta?”

“Um memorando que afirma a transferência da linha de produtos de aviação comercial, mas efetivamente transfere unidades produtivas e de projeto completas?”

**Leia a íntegra no site.**

Continua na próxima edição